

Demonstrações financeiras

Eneva S.A.

(Companhia Aberta)

31 de dezembro de 2018

**com Relatório dos Auditores Independentes sobre
as demonstrações financeiras**

1. CONTEXTO OPERACIONAL	10
2. LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES	13
3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	14
4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS	19
5. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS.....	22
6. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	23
7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	23
8. DEPÓSITOS VINCULADOS	24
9. CONTAS A RECEBER.....	25
10. ESTOQUES.....	27
11. IMPOSTOS A RECUPERAR E DIFERIDOS.....	28
12. INVESTIMENTOS.....	31
13. IMOBILIZADO	36
14. INTANGÍVEL	41
15. PARTES RELACIONADAS	44
16. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS.....	47
17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	49
18. DEBÊNTURES.....	53
19. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER.....	55
20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS.....	56
21. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS.....	62
22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	65
23. RESULTADO POR AÇÃO	66
24. PLANO DE PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES	67
25. RECEITA DE VENDA DE BENS E/OU SERVIÇOS.....	69
26. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA.....	70
27. RESULTADO FINANCEIRO	71
28. COBERTURA DE SEGUROS	72
29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO	73
30. COMPROMISSOS ASSUMIDOS	77
31. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	78

Balanço Patrimonial

31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2018	2017	2018	2017
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	452.050	502.905	1.152.266	766.884
Títulos e valores mobiliários	7	96.919	43.438	207.017	217.146
Contas a receber	9	-	61	357.883	524.886
Estoques	10	34.977	-	225.730	170.367
Despesas antecipadas		9.583	129	34.507	14.844
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11	46.632	14.546	107.391	97.063
Outros impostos a recuperar	11	14.568	645	30.874	19.247
Derivativos	20	-	-	725	106
Adiantamentos diversos		707	175	20.122	11.324
Dividendos a receber		10.843	72.310	-	-
Depósitos vinculados	8	2.288	14.233	2.651	15.159
Operações Comerciais	15	6.496	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores		2.121	1.480	5.117	38.000
Ativos mantidos para venda	4.5	5.965	-	-	-
Outros		2.004	-	2.345	2.230
		685.153	649.922	2.146.628	1.877.256
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Despesas antecipadas		26	-	26	22
Depósitos vinculados	8	388	4	28.966	76.745
Debêntures a receber	15	-	306.270	-	-
Operações Comerciais	15	187.551	57.099	4.298	56.583
Mútuos	15	511.118	530.311	13.808	284.973
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11	63.828	60.655	69.994	64.437
Outros impostos a recuperar	11	85.316	-	88.927	92.886
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	11	178.291	182	572.461	357.815
Outros créditos		-	-	586	586
		1.026.518	954.521	779.066	934.047
Investimentos					
	12	3.718.497	5.434.111	3.865	323.826
Imobilizado	13	1.836.157	13.632	7.929.919	6.452.811
Intangível	14	945.679	8.892	1.440.204	1.319.441
		7.526.851	6.411.156	10.153.054	9.030.125
		8.212.004	7.061.078	12.299.682	10.907.381

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanço Patrimonial - continuação

31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2018	2017	2018	2017
Passivo					
Circulante					
Fornecedores		59.347	10.841	348.849	293.198
Empréstimos e financiamentos	17	9.859	-	184.066	191.151
Debêntures	18	-	-	113.297	231.635
Derivativos	20	-	-	-	1.394
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher	19	22.972	133	87.617	89.438
Outros impostos a recolher	19	7.645	4.619	29.664	109.638
Obrigações sociais e trabalhistas		12.632	7.124	22.217	21.460
Contas a pagar	15	-	-	-	6.272
Retenção contratual		-	-	-	4.330
Participações nos lucros		42.063	24.866	62.227	52.437
Contas a pagar - Setor elétrico		-	-	11.439	47.688
Provisão de custo por indisponibilidade		-	-	51.560	57.817
Arrendamento Mercantil	15	39.697	-	-	-
Pesquisa e desenvolvimento - Setor elétrico		-	-	64.538	45.218
Passivos Disponíveis à venda	4.5	2.920	-	2.920	-
Outras obrigações		59	60	370	331
		197.194	47.643	978.764	1.152.007
Não circulante					
Fornecedores		2.083	1.968	5.167	881
Empréstimos e financiamentos	17	1.595.082	1.376.101	3.191.757	3.511.609
Debêntures	18	-	-	1.674.624	421.197
Debêntures Conversíveis	15	-	-	-	82.281
Contas a pagar	15	6.134	9.515	26.768	24.575
Retenção contratual		-	-	4.330	-
Provisão para passivo a descoberto	12	39.220	31.479	-	4.273
Provisão para contingências	21	12.533	3.773	18.832	10.779
Provisão de abandono		61.720	-	66.885	64.055
Provisão de custo por indisponibilidade		-	-	-	1.488
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	11	-	200.156	45.474	250.257
Outras obrigações		-	-	3.201	8.044
		1.716.772	1.622.992	5.037.038	4.379.439
Total do Passivo		1.913.966	1.670.635	6.015.802	5.531.446
Patrimônio líquido					
Capital social	22	8.822.057	8.822.219	8.822.057	8.822.219
Reserva de capital		22.461	18.144	22.461	18.144
Reserva Legal		4.775	4.775	4.775	4.775
Reserva de incentivo fiscal		-	-	-	-
Ajuste de avaliação Patrimonial		11.972	(3.595)	11.972	(3.595)
Prejuízos acumulados		(2.563.227)	(3.451.100)	(2.563.227)	(3.451.100)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		6.298.038	5.390.443	6.298.038	5.390.443
Participações de acionistas não controladores		-	-	(14.158)	(14.508)
Total do patrimônio líquido		6.298.038	5.390.443	6.283.880	5.375.935
		8.212.004	7.061.078	12.299.682	10.907.382

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Receita de venda de bens e/ou serviços	25	-	-	3.129.107	2.721.773
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	26	-	-	(1.875.092)	(1.611.638)
Resultado bruto		-	-	1.254.015	1.110.135
Despesas/Receitas operacionais					
Gerais e administrativas	26	(94.917)	(97.415)	(330.092)	(353.002)
Outras receitas operacionais	26	196.382	11	203.061	2.525
Outras despesas operacionais	26	(4.939)	(9.006)	(13)	(27.431)
Resultado de equivalência patrimonial	12	489.181	223.736	(8.881)	(26.370)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		585.707	117.326	1.118.090	705.857
Resultado Financeiro					
Receitas financeiras	27	129.093	137.160	186.712	114.298
Despesas financeiras	27	(167.676)	(159.170)	(691.044)	(635.101)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		547.124	95.316	613.758	185.054
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro					
Corrente		-	-	(35.912)	(49.494)
Diferido	11	340.749	182	310.377	(41.700)
Lucro líquido do exercício	11	887.873	95.498	888.223	93.860
Atribuído a sócios da empresa controladora		887.873	95.498	887.873	95.498
Atribuído a sócios não controladores		-	-	350	(1.638)
Lucro por ações atribuíveis aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)					
Lucro líquido básico por ação	23	-	-	2,81873	0,37098
Lucro líquido diluído por ação	23	-	-	2,81873	0,37098

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro do exercício	887.873	95.498	888.223	93.860
Outros resultados abrangentes a ser reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes				
Ajustes de conversão	16.158	(3.595)	16.158	(3.595)
Ajuste de avaliação Patrimonial, líquido de impostos	(591)	-	(591)	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício	903.440	91.903	903.790	90.265
Outros resultados abrangentes a ser reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes	903.440	91.903	903.790	90.265
Participação dos não controladores	-	-	350	(1.638)
Acionistas controladores	903.440	91.903	903.440	91.903
Total de outros resultados abrangentes do exercício	903.440	91.903	903.790	90.265

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital Social Integralizado	Reserva Legal	Reserva de Capital e Opções Outorgadas	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido	Participação dos Não Controlados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro 2016	8.024.122	-	10.834	1.879	(3.543.157)	4.493.678	(12.870)	4.480.808
Lucro do exercício	-	-	-	-	95.498	95.498	(1.638)	93.860
Transações com acionistas:								
Aumento de capital	798.097	-	-	-	-	798.097	-	798.097
Constituição de reserva legal	-	4.775	-	-	(4.775)	-	-	-
Baixa de ativo diferido	-	-	-	-	639	639	-	639
Ágio na emissão de ações	-	-	(695)	-	695	-	-	-
Prêmio pago ao programa de opções de ações	-	-	7.590	-	-	7.590	-	7.590
Valor justo dos instrumentos patrimoniais	-	-	415	-	-	415	-	415
Outros resultados abrangentes:								
Ajustes conversão do exercício	-	-	-	(5.474)	-	(5.474)	-	(5.474)
Saldo em 31 de dezembro 2017	8.822.219	4.775	18.144	(3.595)	(3.451.100)	5.390.443	(14.508)	5.375.935
Lucro do exercício	-	-	-	-	887.873	887.873	350	888.223
Transações com acionistas:								
Apropriação de custo de captação	(162)	-	-	-	-	(162)	-	(162)
Valor justo dos instr. patrimoniais	-	-	4.317	-	-	4.317	-	4.317
Outros resultados abrangentes:								
Ajustes de conversão do exercício	-	-	-	16.158	-	16.158	-	16.158
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(591)	-	(591)	-	(591)
Saldo em 31 de dezembro 2018	8.822.057	4.775	22.461	11.972	(2.563.227)	6.298.038	(14.158)	6.283.880

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos Impostos	547.124	95.316	613.758	185.054
Ajustes para reconciliar o lucro/prejuízo ao fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	3.038	2.095	444.879	418.755
Aquisição de controlada – Remensuração da participação de Pecém II	(56.809)	-	(56.809)	-
Aquisição de controlada – Ganho na compra vantajosa	(135.573)	-	(135.573)	-
Provisão para desmantelamento	-	-	5.846	4.439
Resultado de equivalência patrimonial	(508.596)	(234.958)	1.016	22.883
Baixa de poços secos e áreas subcomerciais	-	-	38.175	32.712
Perda para crédito de liquidação duvidosa	-	-	-	9.232
Provisão para passivo a descoberto	19.415	11.222	7.865	3.487
Variação Cambial Ativa e Passiva	22.575	1.971	11.870	1.971
Juros Empréstimos e Debêntures	119.007	145.513	475.599	467.022
Juros Mútuos	(36.807)	(54.314)	(5.284)	(26.474)
Juros Debêntures – Partes Relacionadas	(61.326)	(59.670)	(11.554)	83.372
Provisão para contingências	-	-	-	(5.179)
Rendimentos de aplicações financeiras – TVM	-	-	-	2.902
Derivativos	-	-	(619)	-
Atualização monetária contratual	-	-	(5.096)	(2.878)
Amortização de custo de captação	-	-	49.885	1.147
Recuperação de créditos tributários	-	3.469	-	-
	(87.952)	(89.356)	1.433.958	1.198.445
Variações nos ativos e passivos				
Adiantamentos diversos	489	(316)	48.052	(40.777)
Despesas Antecipadas	(664)	686	(16.829)	6.340
Contas a receber	61	-	284.328	(208.879)
Depósitos vinculados	12.111	-	60.287	(46.563)
Impostos a recuperar	1.290	6.988	(7.877)	(5.347)
Estoque	-	-	(38.470)	(7.179)
Impostos, taxas e contribuições	(2.510)	(10.938)	(79.677)	55.209
Fornecedores	3.556	(2.809)	(88.306)	127.860
Provisões e encargos trabalhistas	22.482	20.713	5.644	23.540
Dividendos e JCP recebidos	80.977	136.138	-	-
Dividendos a receber	(55.065)	-	-	-
Imposto de renda sobre JCP	-	5.288	-	-
Débitos/ Créditos partes relacionadas	135.907	(31.650)	(2.590)	(61.073)
Outros Ativos e Passivos	(18.139)	4.848	(9.981)	28.486
	180.495	128.948	154.581	(128.383)
Caixa gerado nas operações	92.543	39.592	1.588.539	1.070.062
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	-	-	(61.134)	(60.347)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	92.543	39.592	1.527.405	1.009.715
Fluxo caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado e intangível	(4.115)	(6.650)	(455.570)	(308.889)
Baixa de imobilizado e intangível	-	-	-	4.908
Aporte de capital / Redução de capital em investidas	(248.300)	(378.350)	-	-
Aporte de capital em controlada	(110.000)	-	(110.000)	-
Aquisição de controlada, líquida do caixa adquirido	(160.000)	-	(148.866)	-
Títulos e valores mobiliários	31.130	(6.572)	10.129	(87.268)
Prêmio ao programa de Stock Options	-	-	-	7.983
Ativos destinados a negociação	9.971	-	-	-
	(481.314)	(391.572)	(704.307)	(383.266)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(481.314)	(391.572)	(704.307)	(383.266)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Instrumentos Financeiros	-	-	-	(120)
Aumento de capital	(162)	798.097	-	798.097
Captações de Financiamentos e Debêntures	-	-	2.018.410	139.167
Amortizações do Principal – Financiamentos e Debêntures	-	-	(2.184.868)	(808.799)
Juros pagos de empréstimos e debêntures	-	-	(364.126)	(444.463)
Custo de captação – debêntures	-	-	(43.623)	-
Juros pagos debêntures – Partes Relacionadas	-	-	-	(3.632)
Depósitos vinculados a empréstimos e Debêntures	-	(14.182)	136.491	(33.812)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(162)	783.915	(437.716)	(353.562)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(388.933)	431.935	385.382	272.887
Demonstração do aumento de caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	502.905	70.970	766.884	493.997
No final do exercício	113.972	502.905	1.152.266	766.884

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas	192.382	(71)	3.631.235	2.957.448
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	3.438.521	2.966.822
Outras receitas	192.382	(71)	192.714	(142)
(-) PCLD	-	-	-	(9.232)
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)	(52.798)	(36.771)	(1.476.597)	(1.259.734)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(52.364)	(34.790)	(1.349.444)	(1.155.373)
Contrato de Gás	-	-	(117.744)	(96.430)
Perda e recuperação de valores ativos	(434)	(1.981)	(9.409)	(7.931)
Valor adicionado bruto	139.584	(36.842)	2.154.638	1.697.714
Depreciação e amortização	(3.038)	(2.095)	(444.879)	(418.755)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	136.546	(38.937)	1.709.759	1.278.959
Valor adicionado recebido em transferência	660.935	407.442	150.114	118.386
Resultado de equivalência patrimonial	489.181	223.736	(8.881)	(26.370)
Receitas financeiras	13.082	17.936	65.197	69.862
Juros sobre operações de mútuos e Debêntures	98.133	113.984	16.838	26.474
Serviços compartilhados	56.596	51.780	56.411	48.645
Outros	3.943	6	20.549	(225)
Valor adicionado total a distribuir	797.481	368.505	1.859.873	1.397.345
Distribuição do valor adicionado	797.481	368.505	1.859.873	1.397.345
Pessoal	82.200	94.291	249.402	227.304
Remuneração direta	67.216	79.702	196.622	179.662
Benefícios	11.629	10.511	43.979	39.422
FGTS e contribuições	3.355	4.078	8.801	8.220
Impostos, taxas e contribuições	(322.259)	22.748	74.133	456.560
IR / CSLL	-	-	35.912	49.494
Passivo Fiscal Diferido IR/CSLL	(340.749)	(182)	(310.377)	41.700
Federal	18.419	8.259	360.212	299.836
Estadual	(30)	14.594	(43.809)	(41.072)
Municipal	31	54	142	66
Taxas e contribuições	70	23	32.053	106.536
Remuneração capital de terceiros	149.666	155.968	648.115	619.621
Juros e multas pagos ou auferidos	64	1.088	80.236	86.885
Aluguéis	3.271	3.342	57.628	3.651
Variação Cambial e monetária	22.575	2.027	17.312	30.186
Despesas Financeiras	122.684	145.945	488.919	492.996
Outros	1.072	3.566	4.020	5.903
Remuneração de capital próprio	887.873	95.498	888.223	93.860
Lucros do exercício	887.873	95.498	887.873	95.498
Lucro (Prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas não controladores	-	-	350	(1.638)
	797.481	368.505	1.859.873	1.397.345

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

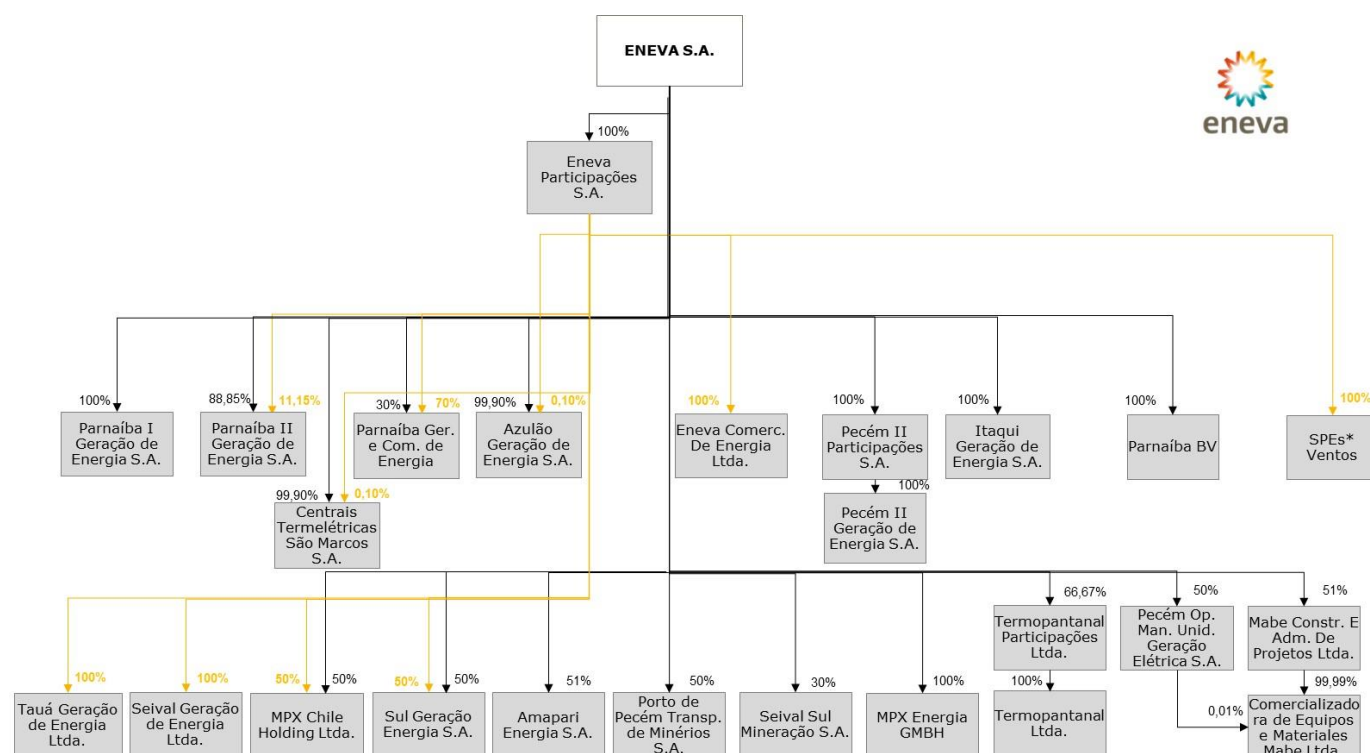
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Eneva S.A. (a “Companhia” ou o “Grupo”) é uma sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, registrada sob o código (“ENEV3”), com sede no município e Estado do Rio de Janeiro, que atua na geração, distribuição e comercialização de energia elétrica, e na exploração e produção (E&P) de gás, no Brasil. A Eneva conta com um parque térmico de 2,2 GW ⁽¹⁾ de capacidade instalada (67% gás natural e 33% carvão mineral), equivalente a 5% da capacidade térmica instalada nacional, 100% operacional desde julho de 2016.

Com capacidade de produção de gás de 8,4 milhões de m³/dia ⁽¹⁾, a Eneva é a maior operadora privada de gás natural do Brasil, sendo operadora em uma área aproximada de 40.000 km² sob o regime de concessão para exploração e produção de hidrocarbonetos, na Bacia do Parnaíba, estado do Maranhão e possui prospectos de exploração de Hidrocarbonetos da Concessão do Campo de Azulão, na Bacia do Amazonas.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta a seguinte estrutura:



O detalhamento das participações societárias da Companhia está descrito na Nota Explicativa nº “12 - Investimentos”.

O resumo das especificações técnicas das subsidiárias operacionais é como segue:

Geração de Energia

Empreendimento/ Empresa	Localização	Capacidade total (¹)	Combustível	Participação da Eneva
Parnaíba I	Santo Antônio dos Lopes/MA	676 MW	Gás natural	100%

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018 – ENEVA S.A.

Parnaíba II (*)	Santo Antônio dos Lopes/MA	751 MW	Gás natural	100%
Itaqui	São Luís/MA	360 MW	Carvão mineral importado	100%
Pecém II	São Gonçalo do Amarante/CE	365 MW	Carvão mineral importado	100%
Tauá	Tauá/CE	1 MW	Fonte de energia solar	100%

(*) Em 30 de setembro de 2018, a controlada Parnaíba II Geração de Energia S.A. incorporou as também controladas Parnaíba III Geração de Energia S.A. e Parnaíba IV Geração de Energia S.A., conforme descrito na nota explicativa nº “12 – Investimentos”.

(1) Informação não auditada.

Comercialização de Energia

Empresa	Participação da ENEVA
ENEVA Comercializadora de Energia Ltda.	100%

Gás Natural

Empresa	Empreendimento	Localização	Participação da ENEVA
Eneva S.A. (**)	9 campos de gás natural, atualmente com capacidade de produção de 9,1 milhões de m³ por dia	MA /AM	100%
Parnaíba B.V	Arrendatária para máquinas e equipamentos de E&P	Holanda	100%

(**) A Parnaíba Gás Natural foi incorporada pela Eneva S.A. em 28.12.2018, conforme descrito no item nº “1.1 – Eventos significativos ocorridos no exercício de 2018”, a seguir.

1.1 Eventos significativos ocorridos no exercício de 2018:

Aquisição de 50% de Pecém II Participações S.A. E 100% dos direitos de Azulão

Em 16 de abril de 2018, a Companhia concluiu a aquisição da totalidade da participação societária (50%, os demais 50% já pertenciam a Eneva S.A.) da Uniper Holding GmbH em Pecém II Participações S.A.. Os saldos estão alocados conforme demonstrado na nota explicativa nº “12 – Investimentos”.

Também em 2018, a Companhia concluiu a aquisição de 100% dos direitos e obrigações para exploração e produção de hidrocarbonetos da concessão do Campo de Azulão (Concessão BA-3). O detalhamento da operação está descrito na nota explicativa nº “14 – Intangível”.

Incorporações de Parnaíba III Geração de Energia S.A. e Parnaíba IV Geração de Energia S.A.

Em 30 de setembro de 2018 a controlada Parnaíba II Geração de Energia S.A. efetuou a incorporação do acervo líquido contábil das empresas Parnaíba III Geração de Energia S.A. e Parnaíba IV Geração de Energia S.A.. Esta operação faz parte da reorganização societária do grupo Eneva S.A.. O detalhamento da operação está descrito na nota explicativa nº “12 – Investimentos”.

Parnaíba Gás Natural S.A. (PGN)

Em 28 de dezembro de 2018 a Eneva S.A. efetuou a incorporação do acervo líquido contábil da empresa Parnaíba Gás Natural S.A. Esta transação societária fez parte da reorganização societária do grupo Eneva S.A..

A incorporação não resultou em aumento de capital na Eneva S.A., e, portanto, não houve necessidade de se estabelecer qualquer relação de substituição entre as ações da Companhia e da PGN. Bem como, não houve qualquer alteração na composição do capital social da Companhia.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018 – ENEVA S.A.

Segue reconciliação entre os saldos Eneva S.A. antes e após incorporação da PGN.

	Eneva S.A.	PGN	Ajustes Incorporação		Eneva S.A. após incorporação PGN
Ativo Circulante	211.011	523.401	(49.259)	(i)	685.153
Ativo Realizável a longo prazo	1.071.608	309.118	(354.208)	(ii)	1.026.518
Investimentos	6.174.171	19.039	(2.474.713)	(iii)	3.718.497
Imobilizado	13.412	1.822.745	-		1.836.157
Intangível	480.419	465.260	-		945.679
Total do Ativo	7.950.621	3.139.563	(2.878.180)		8.212.004
	Eneva S.A.	PGN	Ajustes Incorporação		Eneva S.A. após incorporação PGN
Passivo Circulante	77.651	161.276	(41.733)	(i)/(ii)	197.194
Passivo Não Circulante	1.574.932	503.574	(361.734)	(i)/(ii)	1.716.772
Capital social	8.822.057	2.312.660	(2.312.660)		8.822.057
Reserva de capital	22.461	(13)	13		22.461
Reserva Legal	4.775	3.881	(3.881)		4.775
Ajuste de avaliação Patrimonial	11.972	1.259	(1.259)		11.972
Prejuízos acumulados	(2.563.227)	156.926	(156.926)		(2.563.227)
Total do patrimônio líquido	6.298.038	2.474.713	(2.474.713)	(iii)	6.298.038
Total Passivo	7.950.621	3.139.563	(2.878.180)		8.212.004

- (i) Saldo de dividendos a receber da Eneva S.A. com a PGN, no montante de R\$ 37.290;
- (ii) As eliminações referem-se a : (i) debêntures conversíveis da 3ª e 4ª emissão da Parnaíba Gás Natural, cujo o credor era a Eneva S.A.. Essa operação integrou a transação de combinação de negócio ocorrida em outubro de 2016, e envolveu o montante de R\$ 305.775; (ii) saldo de ressarcimento de serviços compartilhados (atividades operacionais, financeiras e administrativas) devidos a holding Eneva S.A., no valor total de R\$ 60.402 (O saldo de R\$ 11.969 no curto prazo e R\$ 48.433 no longo prazo) ;
- (iii) Investimento mantido pela Eneva S.A. na PGN. A eliminação ocorreu em decorrência da incorporação, sendo eliminado os saldos de investimento Eneva e o patrimônio líquido da PGN.

Os saldos destacados no quadro acima têm data base de 28 de dezembro de 2018, mesma data da incorporação da PGN pela Eneva S.A..

Em 28 de dezembro de 2018, em consonância com o previsto no plano de reestruturação societária e de estrutura de capital da Eneva S.A. e de suas subsidiárias de geração a gás e upstream, foi efetuado o pagamento antecipado do saldo integral da dívida relativa às 2ª e 6ª emissões de debêntures simples da Parnaíba Gás Natural S.A., conforme detalhado na nota explicativa n.º "18 – Debêntures".

Parnaíba Participações S.A.

Também em 28 de dezembro de 2018, a controlada Eneva Participações S.A. incorporou o acervo líquido contábil da empresa Parnaíba Participações S.A., conforme nota explicativa n.º "12 – Investimento".

Eneva declara Comercialidade de Morada Nova

Declaração de comercialidade de Morada Nova, descoberta no Bloco PN-T-49, na Bacia do Parnaíba, em setembro de 2018.

Posteriormente a Companhia solicitou à ANP que a acumulação Morada Nova receba a denominação de Campo de Gavião Tesoura, sendo esse o oitavo campo a ser declarado comercial pela Eneva, com volume estimado de gas-inplace (VGIP) de 2,24 bilhões de m³ (¹).

(¹) Informação não auditada.

Arremate de leilão Parnaíba V

A usina termelétrica UTE Parnaíba V, com capacidade instalada de 385 MW, a ser instalada no Complexo Termelétrico Parnaíba, estado do Maranhão, sagrou-se vitoriosa no leilão de energia nova A-6 de 2018, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, realizado em 31 de agosto de 2018. A UTE Parnaíba V contratou 326,4 MW médios (¹), assegurando uma receita fixa anual de R\$ 272.377 (data-base: março/2018), pelo prazo de 25 anos, a partir de janeiro de 2024.

O CCEAR (Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado) prevê correção anual da receita fixa de acordo com a variação do IPCA. O fornecimento do gás será integrado e assegurado pela Eneva S.A., a partir de suas concessões na Bacia do Parnaíba, sem necessidade de alteração da capacidade diária de produção atual.

(¹) Informação não auditada.

2. Licenças e autorizações

Ao longo de 2018, o Grupo Eneva buscou cumprir com todas suas obrigações socioambientais estabelecidas no âmbito do licenciamento ambiental de seus ativos, obedecendo a legislação aplicável e as iniciativas de saúde e segurança. Focou no aperfeiçoamento de atendimento das exigências dos órgãos governamentais, no Sistema de Gestão de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, no diálogo com a população e em ações que contribuíram para um legado socioambiental positivo nas regiões de atuação da companhia, perseguindo os mais altos padrões de desempenho.

Além da manutenção das licenças e autorizações existentes, destaca-se que o desenvolvimento de novos projetos e alteração dos existentes seguiram o trâmite exigido pelo licenciamento ambiental, sendo submetidos aos órgãos governamentais competentes para avaliação da viabilidade socioambiental. Em 2018 foram obtidas a Licença Prévia (LP) que atestou a localização e a viabilidade socioambiental do Gasoduto Gavião Preto (GVP), as Licenças Prévia de perfuração (LPper) que autorizaram as perfurações exploratórias nas áreas dos blocos adquiridos na 13ª Rodada da ANP, as Licenças de Instalação (LI) que autorizaram o início das obras de ampliação do Gasoduto de Gavião Azul (GVA) e o cadastramento do projeto Parnaíba 5A e 5B no Leilão de Energia A-6, com 326,4 MW vendidos no referido leilão. Por fim, ressalta-se que a manutenção e emissão de novas licenças e autorizações socioambientais garantem o fortalecimento e crescimento da companhia de forma sustentável e responsável.

3. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Outros ativos e passivos financeiros, demonstrados na nota 20 “Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos” são classificados a valor justo, bem como considerar o pressuposto de continuidade operacional da Companhia conforme planos da Administração, conforme apropriado.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na análise histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. A partir de 1 de janeiro de 2018, o Grupo adotou o CPC 47 / IFRS 15 Receitas de Contratos com Clientes e o CPC 48 (IFRS 9) Instrumentos Financeiros, cujos principais efeitos estão detalhados no item **(c)** desta nota.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 20 de março de 2019.

(c) Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

O Grupo adotou inicialmente o CPC 47 / IFRS 15 Receitas de Contratos com Clientes e o CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas são revisadas periodicamente.

CPC 47 (IFRS 15) Receitas de Contratos com Clientes

A adoção inicial deste pronunciamento utiliza o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos). Consequentemente, a informação divulgada em 2017 não foi reapresentada e, desta forma, foi reportada anteriormente de acordo com o CPC 30 (IAS 18), CPC 17 (IAS 11) e interpretações relacionadas.

De acordo com a norma, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares, são classificados pela norma como contraprestação variável. A Administração avaliou sua estrutura de apuração e apresentação de receita e o principal efeito identificado na apresentação do resultado do Grupo é sobre as penalidades por indisponibilidade (ADOMP)

que representam ressarcimento aos clientes, contabilizadas como redutoras da receita de fornecimento de energia e não mais como despesa operacional, conforme disposto na nota explicativa nº “25 - Receita Operacional”.

CPC 48 (IFRS 9) Instrumentos financeiros

O CPC 48 (IFRS 9) estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 (IAS 39) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e estabelece três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros de acordo com CPC 48 (IFRS 9) é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

O CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” da IAS 39 por um modelo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contrato e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira.

A nova norma retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 (IAS 39) para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, elimina as antigas categorias do CPC 38 (IAS 39) para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A Administração avaliou seus ativos financeiros, e identificou as seguintes mudanças com a adoção da nova norma CPC 48 (IFRS 9).

Em cada data de apresentação, a Administração avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com risco de recuperabilidade.

A partir desta avaliação a Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro está vencido há mais de 90 dias.

A política de avaliação dos Instrumentos financeiros foi aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme classificação abaixo:

Ativo/Passivos Financeiro	Nota	Classificação anterior IAS 39	Classificação atual IFRS 9	Valor contábil original de acordo com o CPC 38/IAS 39	Valor contábil de acordo com o CPC 48/IFRS 9
Fundos de Investimentos (FICFI RF CP ENEVA e Fundo de Investimento FIC ENEVA RF LP)		Valor Justo por meio do Resultado	Valor Justo por meio do Resultado	587.219	587.219
Letra Financeiras do Tesouro		Valor Justo por meio do Resultado	Valor Justo por meio do Resultado	217.146	217.146
Operações Compromissadas		Valor Justo por meio do Resultado	Valor Justo por meio do Resultado	290.350	290.350
Debêntures conversíveis	(1)	Empréstimos e Recebíveis	Valor Justo por meio do Resultado	306.270	306.270
Depósitos Vinculados	(2)	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado	91.904	91.904
Operações Comerciais		Empréstimos e Recebíveis	Valor Justo por meio do Resultado	56.583	56.583
Mútuos		Empréstimos e Recebíveis	Valor Justo por meio do Resultado	284.973	284.973
Contas a Receber (Ambiente Livre e Regulado)	(3)	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado	506.136	506.136
Derivativos		Valor Justo por meio do Resultado	Valor Justo por meio do Resultado	1.288	1.288
Arrendamento financeiro		Empréstimos e Recebíveis	Valor Justo por meio do Resultado	26.451	26.451
Fornecedores		Custo amortizado	Custo amortizado	294.079	294.079
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures		Custo amortizado	Custo amortizado	4.355.592	4.355.592
Contas a pagar		Custo amortizado	Custo amortizado	30.847	30.847
Retenções Contratuais		Custo amortizado	Custo amortizado	4.330	4.330
Contas a Pagar do setor elétrico		Custo amortizado	Custo amortizado	47.688	47.688
				7.100.856	7.100.856

(1) Debêntures Conversíveis

As debêntures conversíveis foram designadas como empréstimos e recebíveis, segundo o CPC 38 (IAS 39), à época, por não terem um mercado ativo. Contudo, são mensurados a Valor Justo por meio do resultado por possuir derivativos embutidos em sua estrutura contratual, podendo impactar o fluxo de caixa.

(2) Depósitos vinculados

Os depósitos vinculados que eram classificados como empréstimos e recebíveis, de acordo com o CPC 38 (IAS 39), agora são classificados ao custo amortizado.

A Companhia tem dois diferentes tipos de depósitos vinculados, conforme demonstrado abaixo:

(a) Depósitos vinculados como garantias concedidas às instituições financeiras para obtenção de capital de terceiros (mais informações nas notas explicativas nº 17 “Empréstimos e Financiamentos” e 18 – Debêntures”;

(b) garantias de pagamento pelo fornecimento de carvão para Itaqui e Pecém II Geração, assim como overhaul das empresas do Grupo (mais informações na nota explicativa nº “9 Depósitos Vinculados”.

Os fluxos de caixa consistem de pagamento de principal e juros. A Administração avaliou os depósitos realizados e concluiu que:

As instituições financeiras em que a Companhia detém depósitos vinculados são de primeira linha (Itaú e Bradesco), com risco de crédito insignificante, com rating nacional AAA, o que indica forte capacidade de pagamento de compromissos financeiros;

As operações realizadas são de curto prazo. Dessa forma, não são esperadas perdas materiais para esses ativos financeiros. A composição do saldo está descrita nas notas explicativas nº “8. Depósitos Vinculados” e “17. Empréstimos e Financiamentos.”

(3) Contas a receber

A Administração avaliou seus recebíveis de acordo com os requerimentos do CPC 48 (IFRS 9) para reconhecimento de perda esperada através da criação de uma matriz de risco na realização de uma base confiável dos últimos cinco anos do contas a receber, verificando o histórico de perdas. A avaliação resultou em:

- i. Nas relações comerciais estabelecidas no Ambiente de Contratação Regulado - ACR por meio de leilões (Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR) regulados pela ANEEL, os contratos têm regulação específica para aspectos como preço da energia, submercado de registro do contrato e vigência de suprimento, os quais não são passíveis de alterações bilaterais por parte dos agentes. Adicionalmente, os contratos firmados pelas Usinas do Grupo nesta modalidade possuem uma conta bancária garantidora do saldo a receber, que é repassado no caso de inadimplência. A Administração entende que, para os montantes envolvidos, o risco de não recebimento está mitigado.
- ii. Na Carteira de recebíveis do Ambiente de Contratação Livre (ACL) registrado na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE). Não esperamos perda no valor faturado pela CCEE, pois as liquidações são mensais e o valor precificado/faturado considera a disponibilidade financeira do sistema de liquidação.
- iii. No mercado Bilateral o Grupo comercializa energia através da empresa Eneva Comercializadora, que detém contratos de curto e longo prazo.

Para os contratos de longo prazo, o Grupo utiliza-se de garantia de pagamento por meio de fianças bancárias e aplicações financeiras em CDBs, que garantem o valor contratual de seus vencimentos. No caso de inadimplência, historicamente avaliada, a Companhia liquida seu papéis de garantia, aplica

penalidades contratuais sobre os clientes, além das penalidades impostas pelo regulador (ANEEL). Ademais, não efetua o registro do contrato para o cliente e transaciona essa energia no mercado de curto prazo.

Para os contratos comercializados em curto prazo, a Companhia aplicou uma matriz de risco para seus ativos financeiros, calculadas com base na totalidade das informações de sua carteira e na experiência de perda de crédito nos últimos cinco anos, considerando todos os recebíveis desde 2013 até setembro de 2018. O Grupo realizou o cálculo médio das taxas de perdas de crédito separadamente para os clientes inadimplentes no período de análise, obtendo um percentual equivalente às perdas de créditos esperadas aplicado a toda a carteira de créditos. A partir da aplicação do resultado dessa análise, a Companhia avaliou se houve aumento significativo nas perdas desde o reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros e não identificou impactos materiais. O detalhamento dos valores está demonstrado na nota explicativa nº “9. Contas a receber”.

A Administração avaliou os seus recebíveis cujo impacto no fluxo de caixa consiste de pagamento de principal e juros.

CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil / IFRS 16 Leases

O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 – Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) (IFRS 16) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial no qual todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento.

Com a adoção do CPC 06 (R2) (IFRS 16), a Companhia deixa de reconhecer custos e despesas operacionais oriundas de contratos de arrendamento mercantis operacionais e passa a reconhecer em sua demonstração de resultado: (i) os efeitos da depreciação dos direitos de uso dos ativos arrendados; e (ii) a despesa financeira apurada com base nos passivos financeiros dos contratos de arrendamento mercantil.

A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos).

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação do CPC 06 (R1), distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

Transição

A Companhia está apurando o impacto em suas demonstrações financeiras, levando em consideração as condições econômicas em 1º de janeiro de 2019, incluindo a taxa de endividamento da Companhia, a composição da carteira de arrendamento e a intenção da Companhia em exercer quaisquer opções de

renovação de arrendamento. A Companhia optou por usar a transição prevista pelo CPC 06 (R2), o que representará a aplicação retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais dos ajustes promovidos pela referida norma, que representa a não reapresentação dos saldos nas futuras demonstrações financeiras a publicar, evidenciando em nota explicativa os impactos da adoção sobre os saldos na data-base 1º de janeiro de 2019. Em conformidade com o CPC 06 (R2) (IFRS 16), a Companhia também está adotando isenções de reconhecimento para arrendamentos de curto prazo sem opção de compra e renovações previstas, assim como para itens de baixo valor.

Os impactos mais significativos identificados até o momento pela adoção do CPC 06 (R2) (IFRS 16) nos ativos e passivos da Companhia foram pelos seguintes arrendamentos operacionais:

- (a) Imóveis não residenciais para instalação da sede e suas filiais;
- (b) Terrenos para passagem de gasoduto (faixa de servidão); e
- (c) Máquinas e equipamentos utilizados na operação da Eneva S.A. e suas subsidiárias.

O levantamento dos impactos do CPC 06 (R2) (IFRS 16) encontra-se em curso e até esta divulgação a Companhia não havia concluído o impacto. do impacto.

ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments)

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 (IAS 12) - Tributos sobre o lucro, quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 (IAS 12) com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

Relativamente ao IFRIC 23 (CPC 32), aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia iniciou a análise qualitativa de suas principais premissas para avaliar os potenciais efeitos da norma.

4. Resumo das principais práticas e políticas contábeis

4.1 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu investimento e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da controladora, daquelas empresas onde a Companhia detém o controle (diretamente e indiretamente), conforme detalhadas na Nota Explicativa nº “12. Investimentos”.

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de exercer o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos, inclusive os passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisições são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido.

(c) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

Os investimentos em coligadas e *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas e *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada. Ver nota explicativa “13 – Imobilizado”, *impairment* de ativos não financeiros, incluindo ágio.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e *joint ventures* é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada ou *joint venture* for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas

adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas coligadas e joint ventures são eliminados na proporção da participação do Grupo. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

4.2 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas ligadas à Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual cada empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são reavaliados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como hedge accounting e, portanto, diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com operações comerciais, empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

(c) Empresas com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira da controlada Parnaíba B.V., cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

(i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.

(ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).

(iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda da venda.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é

parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda da venda.

4.3 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no balanço conforme prazo de vencimento (circulante e não circulante). Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

4.4 Participação nos resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados de funcionários com base em metas corporativas estabelecidas atreladas ao plano de desenvolvimento e crescimento da Companhia. A participação nos resultados é composta por avaliação das metas de todos os colaboradores e diretoria. No entendimento da Administração, esse benefício vem sendo aprimorado com o passar dos anos para proporcionar um maior engajamento dos funcionários na melhoria dos resultados da Companhia.

4.5 Ativos classificados como mantido para venda

Os ativos não circulantes ou grupos (contendo ativos e passivos) mantidos para venda ou distribuição são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

A Companhia colocou disponível para venda um grupo de ativos, sendo a totalidade das participações nas sociedades Seival Geração de Energia Ltda. (100% de participação) e Sul Geração de Energia Ltda. (100% de participações por meio da controlada Eneva Participações S.A.) e a participação na coligada Seival Sul Mineração S.A. (30% de participações).

O CPC 31 (IFRS 5) - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, exige que os ativos que forem classificados como mantidos para venda sejam mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo deduzidos das despesas de venda. Seguem informações dos ativos mantidos para venda:

			Controladora e Consolidado		
			Custo dos Investimentos – 2018		
	%	Investidora	Resultado	Resultado	Investimento / Passivo a Descoberto
Sul Geração de Energia Ltda.	50%/50%	Eneva S.A./ Eneva Part.S.A.	(78)	12.202	12.202
Seival Geração de Energia Ltda.	100%	Eneva Part.S.A.	(71)	(24.070)	(24.070)
Seival Sul Mineração S.A.	30%	Eneva S.A.	(22.506)	(9.730)	(2.920)
TOTAL			(22.655)	(21.598)	(14.788)
Custo do Terreno	2.730	Seival Geração de Energia Ltda.			

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método.

4.6 Práticas contábeis

As demais práticas contábeis relevantes da Companhia e suas controladas estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

5. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

5.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e de suas controladas se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota explicativa nº "13 – Imobilizado".

Itens significativos sujeitos a estimativas e julgamentos de premissas estão incluídos abaixo:

- (1) critério de apuração da vida útil dos campos de exploração de gás natural, vide nota explicativa nº "13 – Imobilizado";
- (2) a análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, vide nota explicativa nº "9 - Contas a receber";
- (3) reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas, administrativos e regulatórios, por meio da análise da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos, vide nota explicativa nº "21 - Provisão para contingências";
- (4) Ativos e passivos financeiros por meio de derivativos e expectativa sobre o mercado de commodities, vide nota explicativa nº "20 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos";
- (5) As reservas de petróleo e gás natural são calculadas tendo por base informações econômicas, geológicas e de engenharia, como perfis de poço e dados de pressão, dentre outros. Os volumes de reservas são utilizados para o cálculo das taxas de depreciação/depleção/amortização no método de unidades produzidas, nos testes de recuperabilidade dos ativos (impairment). A determinação da estimativa do volume de reservas requer julgamento significativo e está sujeita a revisões, no mínimo anualmente, realizadas a partir de reavaliação de dados preexistentes e/ou novas informações disponíveis relacionadas à produção e geologia dos reservatórios, bem como alterações em preços e custos utilizados. As revisões podem, também, resultar de alterações significativas na estratégia de desenvolvimento da companhia ou na capacidade de produção.
- (6) Perda (*impairment*) dos ativos não circulantes. A Companhia testa eventuais perdas nos ativos, de acordo com as políticas contábeis descritas nas notas explicativas específicas. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados utilizando premissas e estimativas formadas com base, principalmente, em estudos acerca do mercado regulado de comercialização de energia elétrica. Essas premissas e estimativas foram discutidas com os gestores operacionais e foram revisadas e aprovadas pela Administração. O detalhamento do teste efetuado encontra-se na nota explicativa nº "13 – Imobilizado"; e
- (7) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos - Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação e sobre prejuízos fiscais na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão compensados, vide nota explicativa nº "11 - Impostos a recuperar e diferidos";

6. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo demonstrados na data do balanço a valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

		Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Caixa e bancos		2.737	47	41.601	12.172
Fundo de Investimento FICFI RF CP ENEVA	(a)	215.936	57.434	450.130	283.763
Fundo de Investimento FIC ENEVA RF LP	(b)	-	303.456	-	303.456
CDB/Compromissadas	(b)	233.377	141.968	660.535	167.493
		452.050	502.905	1.152.266	766.884

(a) Refere-se substancialmente a cotas de fundos de investimento com alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Trata-se do Fundo de investimentos em Cotas de FI Multimercado Crédito Privado Eneva administrado pelo Banco Itaú, principalmente por Certificados Depósitos Bancários - CDBs e operações compromissadas emitidas por empresas e instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média no ano sobre o DI CETIP ("CDI") de 99,2% (taxa nominal na curva). As operações compromissadas, lastreadas por debêntures, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, possuem compromisso de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras. O saldo está composto por 93% de operações compromissadas e 7% de CDBs em 31 de dezembro de 2018, conforme tabela abaixo:

		Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
CDBs		15.115	24.867	30.716	160.906
Compromissadas		200.821	32.567	419.414	122.857
		215.936	57.434	450.130	283.763

(b) Representam valores investidos em CDBs e Compromissadas emitidos por instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média no ano sobre o DI CETIP ("CDI") de 100% (taxa nominal na curva, com liquidez em até 90 dias e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor). As empresas que detêm esses valores são as controladas Itaqui Geração de Energia S.A., Pecém II Geração de Energia S.A., Parnaíba I Geração de Energia S.A., Parnaíba II Geração de Energia S.A. e a própria Companhia.

A Administração utiliza seus títulos para gestão de caixa, visando atender compromissos de curto prazo.

7. Títulos e valores mobiliários

		Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Letras Financeiras do Tesouro ("LFT's") (a)		96.919	43.438	207.017	217.146
		96.919	43.438	207.017	217.146

(a) LFTs são títulos pós-fixados cuja remuneração é dada pela variação da taxa SELIC diária registrada entre a data de liquidação da compra e a data de vencimento. Em 31 de dezembro de 2018, a carteira de LFTs da Companhia contém títulos cujos vencimentos ocorrem entre 2021 e 2024.

8. Depósitos vinculados

		Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
ICMS Carvão de Itaqui	(a)	-	-	-	75.836
Garantia - Fiança FINEP	(b)	-	12.110	-	12.110
Conta-Reserva de Overhaul	(c)	-	-	27.218	-
Depósitos Judiciais		2.249	2.067	3.606	2.411
Outros Depósito Vinculados		427	60	793	1.547
		2.676	14.237	31.617	91.904
Circulante		2.288	14.233	2.651	15.159
Não circulante		388	4	28.966	76.745

(a) A subsidiária Itaqui mantinha saldo de depósitos judiciais, sob a garantia de mandado de segurança, referente ao ICMS sobre as importações de carvão. Em 03 de abril de 2018, a Companhia protocolou a desistência da ação junto ao Tribunal de Justiça do Maranhão, convertendo os valores depositados ao Estado. Em contrapartida, a Companhia também efetuou a baixa das provisões constituídas, em montante equivalente, registradas na rubrica Impostos e contribuições a recolher.

(b) A Eneva S.A. obteve, em março de 2018, autorização para o cancelamento da cessão fiduciária de aplicação financeira, constituída como garantia à fiança bancária prestada no âmbito do financiamento da FINEP para a Parnaíba Gás Natural.

(c) Refere-se a depósitos realizados na Conta-Reserva de Overhaul, constituída em atendimento às obrigações previstas nos contratos de financiamento.

9. Contas a receber

O contas a receber de clientes da Companhia corresponde aos valores faturados pela venda de energia elétrica no curso normal das suas atividades. Inicialmente o reconhecimento é pelo valor justo e, subsequentemente, mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, ajustado ao valor presente deduzido da perda de crédito esperada (PCE).

		Consolidado
	2018	2017
Contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR):		
Itaqui Geração de Energia S.A.	55.474	127.844
Parnaíba I Geração de Energia S.A.	75.708	162.047
Parnaíba II Geração de Energia S.A. (*)	71.453	42.295
Parnaíba III Geração de Energia S.A. (*)	-	55.348
Pecém II Geração de Energia S.A.	94.170	-
(a)	296.805	387.534
Contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente livre:		
Eneva Comercializadora de Energia Ltda.	226	-
Itaqui Geração de Energia S.A.	10.588	13.641
Parnaíba I Geração de Energia S.A.	3.399	38.115
Parnaíba II Geração de Energia S.A. (*)	6.542	45.849
Parnaíba III Geração de Energia S.A. (*)	-	20.997
Parnaíba Geração e Comercialização S.A.	14.521	-
Pecém II Geração de Energia S.A.	1.463	-
(b)	36.739	118.602
Contratos de comercialização de energia elétrica bilateral:		
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	6.967	19.189
Eneva Comercializadora de Energia Ltda.	27.700	46.485
Tauá Geração de Energia Ltda.	35	144
	34.702	65.818
Perda de Crédito Esperada		
Perda de Crédito Esperada	(10.363)	(47.068)
(c)	357.883	524.886

(*) Em 30 de setembro de 2018, a controlada Parnaíba II Geração de Energia S.A. incorporou as subsidiárias Parnaíba III Geração de Energia S.A. e Parnaíba IV Geração de Energia S.A., conforme descrito na nota explicativa nº 12 - investimentos.

- A redução do contas a receber foi ocasionado basicamente pela redução do despacho no 4º trimestre de 2018;
- As transações de comercialização de energia elétrica são liquidadas na CCEE (ambiente livre) ou negociadas no mercado Bilateral baseados em contratos de curto e longo prazo, tendo o valor contratual garantido por meio de fianças e aplicações;
- A Companhia avaliou suas operações e considerando a natureza do negócio e o perfil desses clientes, constituiu perda de crédito esperada (PCE), conforme descrito na nota explicativa n° 3 - Apresentação das demonstrações financeiras, item d. Abaixo está descrição dos principais saldos:

	CCEE (A)	Energias do Brasil S.A. (B)	Canabrava Energética S.A.	Total
Saldo em 31/12/2017	16.583	20.122	10.363	47.068
Reversão	(16.583)	(20.122)	-	(36.705)
Saldo em 31/12/2018	-	-	10.363	10.363

(A) Refere-Se ao faturamento, que foi liquidado parcialmente. Ingressamos com pedidos de revisão junto a CCEE e o mesmo foi submetido a análise, concluída no exercício de 2018, baixando saldos foram baixados: A composição segue: Itaqui (R\$ 77), Parnaíba I (R\$ 9.046) e Parnaíba II (R\$ 7.460).

(B) Em 28 de setembro de 2018, a subsidiária Eneva Comercializadora de Energia Ltda. assinou termo de quitação e encerramento de cobrança de faturas em aberto com a EDP - Comercialização e Serviços de Energia Ltda, no montante de R\$ 20.122. Abaixo vencimentos do contas a receber:

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018 – ENEVA S.A.

	Consolidado	
	2018	2017
A vencer	335.002	516.538
Até 30 dias	22.479	4.674
De 31 a 60 dias	240	210
De 61 a 90 dias	162	123
De 91 a 180 dias	-	3.341
Acima de 181 dias	10.363	47.068
	368.246	571.954

10. Estoques

Os estoques da Companhia são essencialmente materiais ou insumos a serem consumidos ou transformados no processo de geração de energia. Eles são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. A mensuração dos estoques inclui também qualquer redução ao valor realizável líquido desses ativos. O método de avaliação dos estoques de insumos (principalmente carvão) é o da média ponderada móvel.

		Consolidado	
		2018	2017
Materiais, Suprimentos e outros	(a)	31.834	24.121
Carvão	(b)	95.045	52.776
Peças eletrônicas e mecânicas	(c)	91.086	91.621
Lubrificante e químicos	(d)	7.765	1.849
		225.730	170.367

(a) Materiais consumíveis necessários ao funcionamento das UTEs e UTG. Estão incluídos, neste saldo, os insumos Óleo Diesel, Cal, Gás Hidrogênio, utilizados nas térmicas a Carvão Mineral e tubos de revestimento e itens de vedação utilizados na UTG.

(b) O Saldo composto pelo estoque de carvão mineral, adquirido pela controlada Itaqui Geração de Energia S.A. (R\$ 50.957) e Pecém II Geração de Energia S.A. (R\$ 44.088) como insumo principal na geração de energia elétrica e para a formação de estoque de segurança. A variação observada se explica pela consolidação de Pecém II a partir de abril de 2018, conforme detalhado na nota explicativa nº "16 - Combinação de negócios";

(c) Saldo composto por peças eletrônicas e mecânicas para utilização e reposição nas operações de manutenção realizadas pela Eneva S.A. (R\$ 23.831) e suas subsidiárias: Itaqui Geração de Energia S.A. (R\$ 27.716), Parnaíba I Geração de Energia S.A. (R\$ 10.433), Parnaíba II Geração de Energia S.A. (R\$ 14.893), Tauá Geração de Energia (R\$ 11) e Pecém II Geração de Energia (R\$ 14.202).

(d) Saldo referente a materiais químicos e lubrificantes utilizados nas operações e manutenção realizadas pela Eneva S.A. (R\$ 4.218) e pelas controladas: Itaqui Geração de Energia S.A. (R\$ 1.189), Parnaíba I Geração de Energia S.A. (R\$ 210), Parnaíba II Geração de Energia S.A. (R\$ 1.746) e Pecém II Geração de Energia (R\$ 402).

11. Impostos a recuperar e diferidos

Tributos a recuperar

O saldo da conta de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) a recuperar está representado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Imposto de Renda	94.437	74.670	141.982	133.578
Contribuição Social	16.023	531	35.403	27.922
	110.460	75.201	177.385	161.500
Circulante	46.632	14.546	107.391	97.063
Não Circulante	63.828	60.655	69.994	64.437

Os demais impostos a recuperar estão compostos por:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
PIS	16.994	-	18.342	19.177
COFINS	79.618	47	85.808	90.099
Outros	3.272	598	15.651	2.857
	99.884	645	119.801	112.133
Circulante	14.568	645	30.874	19.247
Não circulante	85.316	-	88.927	92.886

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia realizou a abertura dos saldos de impostos a recuperar entre Imposto de Renda, Contribuição Social e outros impostos a recuperar para apresentação dos saldos. Não houve alteração nos totais dos grupos de contas. O mesmo procedimento foi aplicado de forma consistente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

As despesas de IRPJ e CSLL do período são reconhecidas na demonstração do resultado, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

O encargo de IRPJ e a CSLL corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações dos tributos sobre o lucro com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O IRPJ e a CSLL corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das Demonstrações Financeiras.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos baseados nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor fiscal dos ativos e passivos, bem como sobre o saldo dos prejuízos fiscais acumulados. As projeções da Companhia demonstram que os ativos fiscais diferidos serão realizados em até 10 anos. Os prejuízos fiscais não expiram no Brasil e a compensação é limitada a 30% do lucro fiscal do ano.

Os tributos diferidos sobre o lucro são compensados quando existir um direito legalmente exequível sobre a mesma entidade tributável. Os ativos fiscais diferidos decorrentes de perdas fiscais e diferenças temporárias não são reconhecidos quando não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizadas.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018 – ENEVA S.A.

Impostos diferidos

Abaixo a composição dos tributos diferidos por empresa e natureza:

Consolidado					
2018					
	Ativo Diferido			Passivo Diferido	
	Prejuízo Fiscal/ Base Negativa	Diferenças temporárias	Total (a)	Ativos avaliados a valor justo	Diferenças temporárias
Eneva (**)	246.203	15.608	261.811	78.062	(161.582)
Itaqui (***)	155.101	58.617	213.718	-	(649)
Parnaíba I	-	32.390	32.390	-	(64.639)
Parnaíba II (*)	79.813	5.982	85.795	-	(21.661)
Comercializadora de Energia	21.851	2	21.853	-	-
Eneva Participações	-	36	36	-	-
Pecém II Geração	102.325	1	102.326	-	(7.248)
PGN	-	-	-	-	-
Amapari	-	-	-	-	-
Seival Geração	-	-	-	-	(11.178)
Termo Pantanal	-	-	-	-	(2.047)
	605.293	112.636	717.929	78.062	(269.004)

Ativo Diferido Líquido

572.461

Passivo Diferido Líquido

(45.474)

(*) Em 30 de setembro de 2018, a controlada Parnaíba II Geração de Energia S.A. incorporou as subsidiárias Parnaíba III Geração de Energia S.A. e Parnaíba IV Geração de Energia S.A., conforme descrito na nota explicativa nº "12 – investimentos".

(**) Em 28 de dezembro de 2018, a Eneva S.A. incorporou a subsidiária Parnaíba Gás Natural, conforme descrito na nota explicativa nº "1 – Contexto Operacional".

(***) Em 2018, houve incremento de IRPJ/CSL diferidos ativos devidos as alterações na projeção de recuperabilidade dos referidos ativos.

Consolidado					
2017					
	Ativo Diferido			Passivo Diferido	
	Prejuízo Fiscal/ Base Negativa	Diferenças temporárias	Total	Diferenças temporárias	Líquido
Eneva S.A.	-	182	182	(200.156)	(199.974)
Itaqui	121.803	70.389	192.192	(649)	191.543
Parnaíba I	-	35.028	35.028	(58.659)	(23.631)
Parnaíba III	-	555	555	(10.960)	(10.405)
Parnaíba IV	-	-	-	(1.857)	(1.857)
Comercializadora de Energia	21.851	7	21.858	-	21.858
Parnaíba II	92.533	5.988	98.521	-	98.521
PGN	31.808	14.085	45.893	-	45.893
Amapari	-	-	-	(1.165)	(1.165)
Seival Geração	-	-	-	(11.178)	(11.178)
Termo Pantanal	-	-	-	(2.047)	(2.047)
	267.995	126.234	394.229	(286.671)	107.558

Ativo Diferido de IRPJ/CSL Líquido

357.815

Passivo Diferido de IRPJ/CSL Líquido

(250.257)

(a) Com base na estimativa de geração de lucros tributáveis futuros, através de suas controladas, segue abaixo demonstrativo da projeção de expectativa de realização do IR/CS diferido para o ano de 2019 e para os próximos anos:

	2019	2020	2021	2022	2023	2024 a 2026	2027 e 2028	Total
Expectativa de realização anual dos impostos diferidos	68.557	60.850	76.489	75.528	70.200	190.767	175.538	717.929

Abaixo a composição das diferenças temporárias por natureza:

	2018	2017
Provisões	29.391	32.692
PIS e COFINS liminar	119	119
Gastos pré-operacionais - RTT (1)	83.126	93.423
Ativo - diferenças temporárias	112.636	126.234

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018 – ENEVA S.A.

(1) Constituídos sobre saldo de gastos pré-operacionais que, por conta do Regime Tributário de Transição, passaram a ser controlados na Parte B do Lalur e consequentemente, estão sendo excluídos para fins de determinação do lucro real, desde o início das operações, em quotas fixas mensais e no prazo máximo de 10 anos.

	2018	2017
Depreciação Acelerada	94.198	73.290
Ganho por Compra Vantajosa	110.836	64.741
Mais-Valia de ativos	31.431	135.233
Ajuste a Valor Justo	32.539	13.407
Passivo - diferenças temporárias	269.004	286.671

Em 31 de dezembro de 2018, os tributos calculados sobre o lucro líquido compreendem o IRPJ (alíquota de 15% e adicional de 10%) e a CSL (alíquota de 9%). A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Resultado do exercício antes do IRPJ/CSLL	547.124	95.316	613.759	185.054
Alíquota nominal - %	34%	34%	34%	34%
IRPJ/CSLL à alíquota nominal	(186.022)	(32.407)	(208.678)	(62.918)
Resultado de equivalência patrimonial	183.712	90.932	(3.020)	(8.966)
Diferenças permanentes	(2.394)	(16.103)	(6.755)	(4.489)
Ativo fiscal não constituído (e)	(54.155)	(42.240)	12.086	(71.461)
Redução Benefício SUDENE e PAT (a)	-	-	63.013	56.640
Baixa Do Diferido sobre Prejuízo Fiscal/Base Negativa	-	-	(23.589)	-
Baixa do Diferido Passivo sobre Mais-Valia (d)	153.405	-	153.405	-
Constituição do diferido (b)	246.203	-	288.003	-
Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado	340.749	182	274.465	(91.194)
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	-	-	(35.912)	(49.494)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (c)	340.749	182	310.377	(41.700)
Total	340.749	182	274.465	(91.194)
Alíquota efetiva	(62,28%)	(0,19%)	(44,72%)	49,28%

(a) O valor mais expressivo se refere ao benefício fiscal regional concedido pelas entidades governamentais do Brasil, que resultam em redução de até 75% do IRPJ, no período de 10 anos.

(b) Em Dez/2018, foi constituído IRPJ/CSL diferido ativo sobre parte dos prejuízos fiscais acumulados da holding que poderão ser compensados com os resultados tributários do upstream a partir de 2019.

(c) Foram reconhecidos tributos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas de Contribuição Social reconhecidos, considerando a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários macroeconômicos, comerciais e tributários cuja a realização da-se em um prazo máximo de 10 anos.

(d) Baixa do passivo de IRPJ/CSL diferidos constituídos em 2016 sobre direito de uso (Mais-valia) dos contratos de concessão, surgidos na aquisição de controle da Parnaíba Gás Natural. A baixa deu-se por decorrência da incorporação desta empresa, conforme apresentado na nota nº "1 - Contexto Operacional", em 28 de dezembro de 2018.

(e) Refere-se a parcela de impostos diferidos de controladas que não foi registrada devido à incerteza quanto a sua recuperação.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	(289.541)	(508.713)	(488.138)	(691.898)
Diferenças Temporárias	(52.488)	(33.827)	(56.008)	(63.666)
	(342.029)	(542.540)	(544.146)	(755.564)

12. Investimentos

12.1 Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Participações societárias	3.716.465	5.434.016	3.865	323.731
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.937	-	-	-
Futura aquisição de investimento	95	95	-	95
	3.718.497	5.434.111	3.865	323.826

12.2 Participações societárias

	Participação Societária	
	2018	2017
Controladas diretas:		
Amapari Energia S.A.	51,00%	51,00%
Azulão Geração de Energia S.A.	99,90%	-
Centrais Térmicas São Marcos S.A.	99,90%	-
Eneva Participações S.A.	100,00%	100,00%
Itaqui Geração de Energia S.A	100,00%	100,00%
MPX Energia GMBH	100,00%	100,00%
Parnaíba B.V.	100,00%	100,00%
Parnaíba Gás Natural S.A.	-	100,00%
Parnaíba I Geração de Energia S.A	100,00%	100,00%
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	88,85%	100,00%
Pecém II Participações S.A	100,00%	50,00%
Termopantanal Participações Ltda.	66,67%	66,67%
Controladas indiretas:		
Eneva Comercializadora de Energia Ltda.	100,00%	100,00%
MPX Chile Holding Ltda.	50,00%	50,00%
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	30,00%	30,00%
Parnaíba III Geração de Energia S.A.	-	30,00%
Parnaíba IV Geração de Energia S.A.	-	9,63%
Parnaíba Participações S.A.	-	50,00%
Pecém II Geração de Energia S.A.	50,00%	50,00%
Seival Geração de Energia Ltda. (1)	100,00%	100,00%
SPE's Ventos	100,00%	100,00%
Sul Geração Energia Ltda. (1)	50,00%	50,00%
Tauá Geração de Energia Ltda.	100,00%	100,00%
Termopantanal Ltda.	66,67%	66,67%
Controladas em Conjunto:		
MABE Construção e Administração de Projetos Ltda.	50,00%	50,00%
PO&M - Pecém Operação e Manutenção de Geração Elétrica S.A.	50,00%	50,00%
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	50,00%	50,00%
Coligadas:		
Seival Sul Mineração Ltda. (1)	30,00%	30,00%

- (1) A Companhia colocou como disponível para venda a totalidade de participação nas sociedades Seival Geração de Energia Ltda., Sul Geração de Energia Ltda. e Seival Sul Mineração S.A., conforme descrito na nota explicativa nº 4. Resumo das principais práticas e políticas contábeis", item 4.5.

As participações societárias da Companhia incluem as controladas (diretas e indiretas), controladas em conjunto e as coligadas. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos dos principais grupos de contas das investidas são os seguintes:

	2018					
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado
Controladas (diretas e indiretas)						
Amapari Energia S.A.	4.890	1.166	31.198	2.174	(27.316)	715
Azulão Geração de Energia S.A	3	10	1	11	1	(11)
Centrais Elétricas São Marcos	1	-	-	-	1	-
Eneva Comercializadora de Energia Ltda	62.732	41.086	41.864	8.200	53.754	(11.244)
Eneva Participações S.A.	14.589	41.460	35.150	126.925	(106.026)	(14.959)
Itaqui Geração de Energia S.A.	312.572	2.182.141	208.106	960.611	1.325.996	74.145
MPX Energia GMBH	398	-	-	-	398	-
Parnaíba B.V.	20.697	145.574	74.007	-	92.264	(99)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018 – ENEVA S.A.

Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	70.599	4.515	44.184	146.556	(115.626)	(39.709)
Parnaíba I Geração de Energia S.A.	316.542	1.073.156	110.205	967.111	312.382	71.543
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	490.980	1.740.684	156.990	1.212.931	861.743	121.121
Pecém II Geração de Energia S.A.	250.055	1.830.388	204.945	893.553	981.945	108.213
Pecém II Participações S.A.	11	1.972	497	3.420	(1.934)	108.183
SPE 's Ventos	1	1.970	45	461	1.465	(776)
Seival Geração de Energia Ltda	3	-	3	-	-	(71)
Sul Geração de Energia Ltda.	-	13.391	97	1.014	12.280	(78)
Termopantanal Ltda.	10	7.464	1	9.731	(2.258)	-
Termopantanal Participações Ltda.	10	400	1	2.726	(2.317)	-
Tauá Geração de Energia Ltda	132	7.565	479	1.398	5.820	(1.169)
Controladas em Conjunto						
MABE Construção e Administração de Projetos Ltda.	78.854	10.675	19.033	86.210	(15.714)	(7.166)
PO&M - Pecém Operação e Manutenção de Geração Elétrica S.A.	7.489	420	3.274	-	4.635	955
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	15.033	2.841	9.366	-	8.508	1.327
Coligadas						
Seival Sul Mineração Ltda.	18.851	109.337	2.868	130.931	(5.611)	(18.388)

- (i) Conforme demonstrado no organograma da Companhia, apresentado na nota explicativa nº "1. Contexto operacional", a Eneva S.A. possui participação direta nessas subsidiárias e também participação indireta, através da controlada Eneva Participações S.A.. Nos quadros acima, demonstramos o percentual de participação de 100%, considerando a participação final da Companhia.

	2017					
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado
Controladas (diretas e indiretas)						
Amapari Energia S.A.	6.883	1.749	32.923	3.738	(28.029)	(3.343)
Eneva Comercializadora de Energia Ltda	54.049	70.180	51.635	7.597	64.997	(8.277)
ENEVA Participações S.A.	3.265	248.972	10.484	44.729	197.024	2.329
Itaqui Geração de Energia S.A.	291.244	2.362.267	330.682	1.378.679	944.150	(70.372)
MPX Energia GMBH	398	-	-	-	398	-
Parnaíba B.V.	13.603	126.196	61.563	-	78.236	186
Parnaíba Gás Natural S.A.	436.733	2.335.246	449.645	688.321	1.634.013	77.628
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A (i)	45.007	16.628	70.447	67.104	(75.916)	(16.503)
Parnaíba I Geração de Energia S.A.	328.381	1.134.132	196.279	628.203	638.031	131.379
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	163.976	1.371.230	60.123	675.979	799.104	86.173
Parnaíba III Geração de Energia S.A (i)	172.485	276.501	52.976	150.126	245.884	60.533
Parnaíba IV Geração de Energia S.A (i)	7.187	251.412	18.294	219.161	21.144	3.445
Parnaíba Participações S.A. (i)	1.949	253.601	4.312	53.309	197.929	33.518
SPE 's Ventos	41	2.063	29	477	1.598	(719)
Sul Geração de Energia Ltda. (i)	-	13.391	348	1.035	12.008	(1.050)
Termopantanal Participações Ltda.	9	400	1	2.726	(2.318)	-
Tauá Geração de Energia Ltda	358	7.875	445	1.614	6.174	(1.147)
Controladas em Conjunto						
MABE Construção e Administração de Projetos Ltda.	78.918	9.341	19.994	76.813	(8.548)	(7.103)
Pecém II Participações S.A.	473	655.166	555	3.471	651.613	(37.622)
PO&M - Pecém Operação e Manutenção de Geração Elétrica S.A.	6.895	271	3.322	3.839	5	897
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	18.148	704	11.418	934	6.500	507
Coligadas						
Seival Sul Mineração Ltda.	5.597	96.817	4.769	84.873	12.772	(13.504)

Investimentos

O saldo das participações societárias no grupo de investimentos está apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Investimentos - valor patrimonial (a)	3.676.877	4.745.848	3.865	323.826
Menos valia de ativos (b)	(140.151)	471.470	-	-
Direito de uso (c)	181.771	216.793	-	-
	3.718.497	5.434.111	3.865	323.826

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018 – ENEVA S.A.

(a) Mutações do Investimento - valor patrimonial

Investimentos	%	Saldo em 31/12/2017	Aquisição de Participação	Integralização de capital	Redução de Capital Social	Afac	Equivalência	Investimento disponível para venda	Dividendos e JSCP - Declarados *	Transferência de ações	Incorporação	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Ajuste de investimento	Saldo em 31/12/2018
Azulão Geração de Energia S.A.	99,90%	-	-	1	-	13	(13)	-	-	-	-	-	-	1
Eneva Participações S.A. (ii) (iii)	100,00%	261.411	-	-	(73.559)	1.710	(14.938)	-	-	-	25.528	-	(27)	200.125
Futura aquisição de investimento	-	95	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	95
Itaqui Geração de Energia S.A.	100,00%	944.150	-	307.701	-	-	70.228	-	-	-	-	-	-	1.322.079
MPX ENERGIA GMBH	100,00%	398	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	398
Parnaíba B.V.	100,00%	79.513	-	343	-	-	(99)	-	-	-	-	16.158	(3.652)	92.263
Parnaíba Gás Natural S.A. (iv) (*)	100,00%	1.516.652	-	671.850	-	-	168.089	-	-	-	(2.474.711)	1.802	116.318	-
Parnaíba I Geração de Energia S.A.	100,00%	638.032	-	-	(356.850)	-	71.543	-	(40.427)	-	-	85	-	312.383
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	88,85%	799.104	-	84.925	(279.882)	-	125.118	-	-	(109.444)	145.993	-	(155)	765.659
Parnaíba III Geração de Energia S.A. (iii) (*)	30,00%	73.989	-	-	(32.973)	-	6.747	-	(14.637)	-	(33.126)	-	-	-
Parnaíba IV Geração de Energia S.A. (*)	9,60%	1.969	-	-	-	-	1.457	-	-	-	(3.426)	-	-	-
Parnaíba Participações S.A. (iii) (*)	50,00%	100.703	-	145	(71.822)	-	(1.759)	-	(1.739)	-	(25.528)	-	-	-
Pecém II Participações S.A.	50,00%	316.745	333.239	220.000	-	214	109.812	-	-	-	-	-	-	980.010
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	50,00%	3.250	-	-	-	-	365	-	-	-	-	-	-	3.615
Seival Sul Mineração Ltda.	30,00%	3.831	-	-	-	-	-	(3.831)	-	-	-	-	-	-
Sul Geração de Energia Ltda.	50,00%	6.004	-	-	-	-	(39)	(5.965)	-	-	-	-	-	-
Pecém Oper. e Manutenção de Ger. Elétrica S.A.	50,00%	2	-	-	-	-	247	-	-	-	-	-	-	249
		4.745.848	333.239	1.284.965	(815.086)	1.937	536.758	(9.796)	(56.803)	(109.444)	(2.365.270)	18.045	112.484	3.676.877

*Movimentação de Dividendos e JSCP em 31 de dezembro de 2018:

Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JSCP) declarados	56.803
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JSCP) recebidos no Exercício	(49.588)
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JSCP) a receber	<u>7.215</u>

b) Composição dos ativos tangíveis e intangíveis:

	2018	Controladora 2017
Eneva S.A. (1)	-	471.470
Pecém II Participações S.A (2)	(140.151)	-
	(140.151)	471.470

(1) Este saldo refere-se ao contrato de concessão para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural. O direito de uso tem um prazo de vida útil definida de 24 anos e sua amortização é de 4,0812% a.a.. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi apurada a amortização no montante de R\$ 5.070.

(2) Este valor reflete a remensuração a valor justo dos ativos e passivos identificados na combinação de negócios relativa à transação de aquisição de controle de PECÉM II Participações (veja Nota 16 – Combinação de Negócios para maiores explicações). Os ativos e passivos impactados pela mencionada avaliação são os seguintes: (i) acréscimo de R\$ 89,012 no valor das máquinas e equipamentos; (ii) Refere-se à avaliação a valor justo das contingências da subsidiária adquirida, que representou um acréscimo de R\$3.000; (iii) incremento de ativos indenizatórios, que representou total de R\$ 1,812; (iv) decréscimo de R\$ 3,573 no saldo de estoque de carvão; (v) acréscimo de R\$ 3,233 no saldo de obrigações com P&D e (vi) decréscimo de R\$ 229,594 no total relativo aos ativos de edificações e benfeitorias).

c) Composição do direito de uso

	2018	Controladora 2017
Itaqui Ger. de Energia S.A. (i)	12.616	13.127
Parnaíba II Ger. de Energia S.A. (ii)	42.769	-
Parnaíba III Ger. de Energia S.A. (ii)	-	35.436
Parnaíba IV Geração de Energia S.A (ii)	-	11.786
Parnaíba Gás Natural S.A. (iii)	-	30.058
Eneva Participações S.A. (iv)	126.386	126.386
	181.771	216.793

(i) O direito de uso foi gerado na permuta de 50% das ações da Porto do Pecém Geração de Energia por 100% das ações de Itaqui Ger. de Energia. A transação ocorreu em 2008 junto a EDP Energias do Brasil. O direito de uso é realizado na mesma proporção da vida útil do CCEAR de Itaqui. Sua vida útil é de 30 anos, e amortização é de 3,3048% a.a..

(ii) O direito de uso gerado teve origem na aquisição de 30% de Parnaíba III Geração de Energia S.A., Parnaíba Geração e Comercialização de Energia e Parnaíba IV Geração de Energia S.A. durante o aumento de capital realizado em novembro de 2015, conforme o plano de Recuperação Judicial. O direito de uso referente as aquisições de Parnaíba III estão associadas aos CCEAR, dessa forma o ágio é caracterizado por ter sua vida útil definida e com isso o mesmo é amortizado e testado pelo menos uma vez ao ano ou quando houver indícios de perda de seu valor recuperável. A sua vida útil é de 11 anos, gerando uma amortização anual

de 9,0226% a.a.. Em consequência do plano de reestruturação societária da Companhia, todo o ativo de Parnaíba III Geração de Energia S.A. e Parnaíba IV Geração de Energia S.A. foi integralizado na subsidiária Parnaíba II Geração de Energia S.A., e será objeto de avaliação da recuperabilidade do ativo pelo menos uma vez ao ano.

(iii) O ativo foi gerado pela operação de aquisição da BPMB Parnaíba S.A., em 2015. Após finalizado o processo de incorporação da Parnaíba Gás Natural (sucessora da BPMB Parnaíba S.A.), pela Eneva S.A., esse ativo foi realizado no processo de liquidação de saldos intercomany;

(iv) A mais-valia gerada na aquisição de 50% de participação da Eneva Participações tem origem do seu investimento em outras sociedades. Dessa forma a vida útil da mais-valia é classificada como indefinida e por tanto a sua realização se dá no momento da baixa por alienação ou perda dos investimentos mantidos na investida. Na hipótese da investida reconhecer perdas por redução ao seu valor recuperável sobre os ativos que originaram a mais-valia, isso enseja revisão na sistemática de realização da mais-valia correspondente.

Principais movimentações societárias do exercício:

1) Aquisição de 50% de Pecém II Participações S.A.

Em 16 de abril de 2018, foi concluída a aquisição da totalidade da participação societária (50%, os demais 50% já pertenciam a Eneva S.A.) da Uniper Holding GmbH em Pecém II Participações S.A., acionista única de Pecém II Geração de Energia S.A., conforme nota explicativa nº "16 - Combinação de negócios".

Consequentemente, a partir de abril de 2018 os saldos de Pecém II Participações passaram a fazer parte das demonstrações contábeis consolidadas da Eneva S.A..

2) Incorporação de Parnaíba III Geração de Energia S.A. e Parnaíba IV Geração de Energia S.A.

Em 30 de setembro de 2018, a controlada Parnaíba II Geração de Energia S.A. efetuou a incorporação do acervo líquido contábil das empresas Parnaíba III Geração de Energia S.A. e Parnaíba IV Geração de Energia S.A.. Estas incorporações foram necessárias para propiciar a reorganização societária do grupo Eneva S.A..

As sócias quotistas aprovaram a incorporação das entidades adotando-se como base de tal operação, para fins econômicos e fiscais, a data de 30 de setembro de 2018.

Como resultado da incorporações, os elementos ativos e passivos das entidades incorporadas foram transferidos ao patrimônio da Parnaíba II Geração de Energia S.A., resultando em um aumento de capital no montante de R\$ 141.216, através da emissão de 141.216 novas quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, passando o capital social da Parnaíba II Geração de Energia S.A. de R\$ 928.350 para R\$ 1.069.566.

A incorporação se deu pelo valor de livros das sociedades e não gerou ágio.

3) Incorporação de Parnaíba Gás Natural e Parnaíba Participações

Em 28 de dezembro de 2018, a Eneva incorporou o acervo líquido da Parnaíba Gás Natural. A transação de incorporação de PGN está detalhada na nota explicativa nº "1 - Contexto Operacional".

Também, na mesma data foi incorporado o acervo líquido da Parnaíba Participações pela Eneva Participações. Como resultado da operação de incorporação de Parnaíba Participações, os elementos ativos e passivos da entidade incorporada foram transferidos ao patrimônio da Eneva Participações S.A., resultando em um aumento de capital no montante de R\$ 28.296, através da emissão de 28.296 novas ações, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, passando o capital social da Eneva Participações S.A. de R\$ 279.704 para R\$ 308.000.

12.3 Composição do Resultado de Equivalência Patrimonial:

Composição do Resultado de Equivalência Patrimonial		
	2018	2017
Resultado de Equivalência Patrimonial	536.758	267.744
Resultado de Passivo a Descoberto	(19.415)	(11.222)
Amortização de Mais Valia	(28.162)	(32.786)

489.181	223.736
---------	---------

12.4 Composição da participação de acionistas não controladores

A seguir a composição da participação de acionistas não controladores no patrimônio e no resultado das investidas em 31 de dezembro de 2018:

Investimentos	Participação	Patrimônio líquido	Resultado	Atribuído aos não controladores			
				2018		2017	
				Patrimônio Líquido	Resultado	Patrimônio Líquido	Resultado
Amapari Energia S.A.	49,00%	(27.316)	715	(13.385)	350	(13.735)	(1.638)
Termopantanal Participações	33,33%	(2.318)	-	(773)	-	(773)	-
Total				(14.158)	350	(14.508)	(1.638)

12.5 Passivo a Descoberto

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo do investimento com as controladas do grupo Eneva encontra-se classificado no passivo não circulante na conta de passivo a descoberto, tendo em vista o patrimônio líquido negativo de algumas empresas, caracterizado como obrigação construtiva para a Companhia. Abaixo apresentamos a composição do saldo no exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Passivo a descoberto (A)	(50.162)	(42.885)	-	(4.273)
Mais valia de ativos (*)	10.942	11.406	-	-
	(39.220)	(31.479)	-	(4.273)

(*) Gerado na operação de combinação de negócios ocorrida em novembro de 2015 para a produção independente de energia entre as empresas Parnaíba IV Geração de Energia S.A. e Parnaíba Comercialização e Geração de Energia S.A.. Cabe destacar que no processo de reestruturação societária do grupo Eneva, ambas as empresas foram incorporadas por Parnaíba II e Eneva Participações, respectivamente.

(A) Mutação do Passivo a Descoberto

Empresa	Saldo em 2017	Transferência para Mútuos (i)	Provisão p/passivo a descoberto	Passivo a descoberto destinado para venda	Saldo em 2018
Amapari Energia S.A.	(14.291)	-	363	-	(13.928)
MABE Construção e Administração de Projetos Ltda	(4.273)	7.857	(3.584)	-	-
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	(22.775)	-	(11.913)	-	(34.688)
Pecém Operação e Manutenção de Geração Elétrica S.A.	-	-	-	-	-
Seival Sul Mineração	-	-	(4.281)	4.281	-
Termopantanal Participações Ltda	(1.546)	-	-	-	(1.546)
	(42.885)	7.857	(19.415)	4.281	(50.162)

(i) O saldo foi reclassificado para o mútuo mantido entre a Eneva e a controlada em conjunto Mabe, sendo esse uma extensão do investimento, estando em conformidade com a norma técnica CPC 18 (R2) (IAS 28) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto).

Empresa	Saldo em 2016	Provisão para passivo a descoberto	Saldo em 2017
Açu II Geração de Energia S.A.	(279)	279	-
Amapari Energia S.A.	(12.586)	(1.705)	(14.291)
Eneva Desenvolvimento	(350)	350	-
Eneva Investimentos	(10)	10	-
MABE Construção e Administração de Projetos Ltda	(722)	(3.551)	(4.273)
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	(17.824)	(4.951)	(22.775)
Parnaíba IV Geração de Energia S.A.	(5.008)	5.008	-
Pecém Operação e Manutenção S.A.	(447)	447	-
Seival Participações S.A.	(11.985)	11.985	-
Termopantanal Participações Ltda	(1.546)	-	(1.546)
UTE Porto do Açu Energia S.A.	(200)	200	-
	(50.957)	8.072	(42.885)

13. Imobilizado

Composição dos saldos

Consolidado										
31/12/2018										
Terrenos	Edificações, Obras Civis	Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Equipamento de Informática	Veículos	Móveis e Utensílios	Imobilizado E&P	Provisão para perda Impairment	Imobilizado em Curso	Total
							Depreciação de unidades de produção			
Taxa de depreciação %										
Custo										
Saldo em 31/12/2017	10.575	2.959.698	2.778.075	8.723	2.972	12.737	2.919.116	(528.553)	76.169	8.239.512
Adições	-	3.331	6.129	848	183	820	27.881	-	212.268	251.460
Adições Pecém II (*)	-	1.000.743	1.595.409	1.280	63	952	-	-	40.958	2.639.405
Movimentação MTM	-	-	-	-	-	-	-	-	(74)	(74)
Adições ajuste a valor de mercado - Pecém II (*)	-	-	94.052	-	-	-	-	-	-	94.052
Baixas	-	(16)	(11.773)	-	-	(6)	-	-	(4.374)	(16.169)
Baixa ajuste a valor de mercado - Pecém II (*)	-	(229.594)	-	-	-	-	-	-	-	(229.594)
Poço Seco (**)	-	-	-	-	-	-	-	-	(38.175)	(38.175)
Juros Capitalizados	-	-	-	-	-	-	-	-	418	418
Adiantamento Fornecedor	-	-	-	-	-	-	-	-	(22)	(22)
Provisão abandono	-	-	-	-	-	-	(2.690)	-	(880)	(3.570)
Pis/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	2.983	2.983
Imobilizado Reserva	-	-	(518)	-	-	-	-	-	20.862	20.344
Conversão	-	-	-	-	-	-	21.949	-	-	21.949
Transferências	-	2.735	61.476	1.976	80	837	63.590	-	(130.694)	-
Desmantelamento	-	-	(572)	-	-	-	-	-	-	(572)
Saldo em 31/12/2018	10.575	3.736.897	4.522.278	12.827	3.298	15.340	3.029.846	(528.553)	179.439	10.981.947
Depreciação										
Saldo em 31/12/2017	-	(386.931)	(490.302)	(5.075)	(1.215)	(5.548)	(921.904)	24.274	-	(1.786.701)
Adições	-	(104.824)	(162.268)	(2.058)	(403)	(861)	(114.673)	-	-	(385.087)
Adições Pecém II (*)	-	(63.185)	(826.417)	(631)	(1.019)	(150)	-	-	-	(891.402)
Baixas	-	-	11.315	-	-	3	-	-	-	11.318
Conversão	-	-	(156)	-	-	-	-	-	-	(156)
Saldo em 31/12/2018	-	(554.940)	(1.467.828)	(7.764)	(2.637)	(6.556)	(1.036.577)	24.274	-	(3.052.028)
Valor Contábil										
Saldo em 31/12/2017	10.575	2.572.767	2.287.773	3.648	1.757	7.189	1.997.212	(504.279)	76.169	6.452.811
Saldo em 31/12/2018	10.575	3.181.957	3.054.450	5.063	661	8.784	1.993.269	(504.279)	179.439	7.929.919

(*) Conforme aquisição de Pecém II Participações S.A. descrita na nota explicativa nº "12 – Investimentos".

(**) São poços perfurados identificados como "secos" por não ter sido obtido êxito para continuação da exploração.

Consolidado

2017

	Terrenos	Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Equipamento de Informática	Veículos	Móveis e Utensílios	Imobilizado E&P	Provisão para perda Impairment	Imobilizado em Curso	Total
Taxa de depreciação %							Depreciação de unidades de produção			
Custo										
Saldo em 31/12/2016	10.575	2.947.780	2.735.562	7.776	2.618	11.640	2.568.477	(528.553)	212.029	7.967.904
Adições	-	-	687	112	-	831	122.096	-	178.724	302.450
Baixas	-	-	(3.636)	(151)	(187)	(17)	-	-	(123)	(4.114)
Poço Seco (**)	-	-	-	-	-	-	(32.712)	-	-	(32.712)
Provisão abandono	-	-	-	-	-	-	5.984	-	-	5.984
Transferências	-	11.918	45.462	986	541	283	255.271	-	(314.461)	-
Saldo em 31/12/2017	10.575	2.959.698	2.778.075	8.723	2.972	12.737	2.919.116	(528.553)	76.169	8.239.512
Depreciação										
Saldo em 31/12/2016	-	(293.878)	(381.682)	(3.505)	(1.066)	(4.575)	(779.413)	24.274	-	(1.439.845)
Adições	-	(93.053)	(108.775)	(1.570)	(323)	(981)	(137.602)	-	-	(342.304)
Baixas	-	-	155	-	174	8	-	-	-	337
Aquisição decorrente de Combinação de Negócios	-	-	-	-	-	-	(4.889)	-	-	(4.889)
Saldo em 31/12/2017	-	(386.931)	(490.302)	(5.075)	(1.215)	(5.548)	(921.904)	24.274	-	(1.786.701)
Valor Contábil										
Saldo em 31/12/2016	10.575	2.653.902	2.353.880	4.271	1.552	7.065	1.789.064	(504.279)	212.029	6.528.059
Saldo em 31/12/2017	10.575	2.572.767	2.287.773	3.648	1.757	7.189	1.997.212	(504.279)	76.169	6.452.811

Depreciação

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, conforme apresentado a seguir:

Itens de Imobilizado

Edificações e benfeitorias
Equipamentos de informática
Máquinas e equipamentos
Móveis e Utensílios
Veículos

Range de depreciação

25 a 30 anos
6 anos
5 a 36 anos
16 anos
7 anos

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos obtidos para a construção de ativos qualificáveis.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com esses gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação imobilizado de Geração

Itens do ativo imobilizado de Geração são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, a partir do início de sua operação.

Depreciação do imobilizado na fase de Exploração e Produção – (E&P)

O imobilizado de E&P é depreciado a partir da declaração de comercialidade e início da produção, pelo método de unidades produzidas.

Anualmente, o volume de reservas 2P de cada campo é certificado por empresa de classe internacional, e com base nessas informações a Companhia mantém seus registros de depreciação por unidades produzidas.

Abaixo quadro resumo:

Campo Gavião Real

Volume recuperável em bilhões m³ (*)
Produção do campo acumulada em bilhões de m³
Total

	2018	2017
Volume recuperável em bilhões m ³ (*)	9,6300	8,7980
Produção do campo acumulada em bilhões de m ³	6,5367	6,2080
Total	3,0933	2,5900

Campo Gavião Vermelho

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018 – ENEVA S.A.

Volume recuperável em bilhões m ³ (*)	2,2400	2,1230
Produção do campo acumulada em bilhões de m ³	0,8882	0,7420
Total	1,3518	1,3810

Campo Gavião Branco

Volume recuperável em bilhões m ³ (*)	6,9290	6,1760
Produção do campo acumulada em bilhões de m ³	1,9950	1,4190
Total	4,9340	4,7570

Campo Gavião Caboclo

Volume recuperável em bilhões m ³ (*)	4,7190	4,1550
Produção do campo acumulada em bilhões de m ³	0,4912	0,0660
Total	4,2278	4,0890

Campo Gavião Azul

Volume recuperável em bilhões m ³ (*)	0,9680	0,9360
Produção do campo acumulada em bilhões de m ³	0,0153	0,0060
Total	0,9527	0,9300

Em 09 de janeiro de 2019, a consultoria independente Gaffney, Cline & Associates, Inc (GCA) emitiu novo relatório Executivo de Auditoria das Reservas de Gás Natural dos oito campos declarados comerciais no Parque dos Gaviões, na Bacia do Parnaíba e um campo na Bacia do Amazonas.

Segundo os critérios do Petroleum Resources Management System (PMRS), A GCA certificou as reservas de gás natural da PGN, na Bacia do Parnaíba, conforme a Tabela 1 abaixo:

Reservas de Gás Natural dos Oito Campos da Bacia do Parnaíba e Um Campo da Bacia do Amazonas

Categoria das Reservas	Volume Brutos de Gás dos Campos (100% WI) (Bm³)	Reservas de Gás da Eneva (100% WI) (Bm³)
Provada Desenvolvida	13,4	13,2
Provada Não desenvolvida	8,9	8,7
Total (1P)	22,3	21,9
2P	25,5	25,0
3P	29,0	28,4

Reservas Provadas - são reservas que podem ser produzidas com alto nível de garantia.

Reservas não provadas - são baseadas em dados geológicos e de engenharia semelhantes aos usados para calcular reservas provadas, devido a incertezas técnicas, contratuais ou regulatórias, não são consideradas reservas provadas.

Reservas desenvolvidas - são aquelas onde os investimentos necessários à implantação das instalações para a produção de já foram executadas.

Não desenvolvidas - são aquelas em que todo o plano de desenvolvimento necessita ser implantado.

Os níveis de garantia de produção, subdivide-se em:

1P – Alto nível de garantia de produção;

2P – Reservas prováveis de produção, atribuíveis 50% no nível de garantia;

3P – Reservas possíveis de produção, atribuíveis 10% no nível de garantia;

Avaliação de impairment

Segundo o pronunciamento técnico CPC 01 (IAS 36) - Redução ao valor recuperável de ativos, a entidade deve avaliar a cada reporting period, se existem indicações de uma possível desvalorização no valor do ativo (imobilizado e intangível). Se houver alguma evidência, deve-se calcular o seu valor recuperável, este que é determinado pela maior importância monetária entre o valor líquido de venda e seu valor em uso.

A Companhia avalia que cada usina de Geração Térmica (Gás e Carvão) e a unidade de produção de Gás Natural constituem as Unidades Geradoras de Caixa que foram avaliadas para fins de recuperabilidade.

Na avaliação de recuperabilidade das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) é utilizado o método do Valor em Uso (*), a partir de projeções de fluxo de caixa que consideram as seguintes premissas-chave:

(*) O Valor em Uso contempla sinergias que não são capturadas pelo Valor Justo Líquido de Despesas de Venda. Portanto, quando há impairment, o Valor em Uso é superior ao Valor Justo Líquido de Despesas de Venda.

Abordagem: Projetaram-se fluxos de caixa operacionais, expressos em termos nominais (considerando os efeitos inflacionários da economia) e apresentados em moeda corrente, Reais (R\$).

Prazo: A projeção inicia-se em 2018 e se estende até o período final de autorização das unidades geradoras de caixa (2043).

Nos ativos de geração de energia a vida útil está definida pela capacidade operacional das plantas e pelo período de outorga vigente concedido pela União. As Usinas possuem contratos de venda de energia no ambiente regulado (CCEAR) assinados por cada UGC com prazo de 15 anos a 20 anos, encerrando em 2026 (Itaqui), 2027 (Pecém, Parnaíba I e III) e 2035 (Parnaíba II).

Para o período complementar que se estende até a finalização do período de projeção (2043), assumiu-se a contratação em Ambiente de Comercialização Livre (ACL), através de contratos bilaterais. Desta forma, o contrato bilateral gera remuneração fixa pela potência contratada. No entanto, as regras de despacho de acordo com a ordem de mérito também são aplicáveis nessa modalidade. Dessa forma, para o atendimento físico da potência contratada o volume de energia não despachado é adquirido no mercado livre de curto prazo.

Para os ativos de produção de gás natural, o prazo de projeção está atrelado a capacidade operacional das plantas a gás e ao volume de reservas existentes. A unidade de produção de gás natural da Companhia, possui programa contínuo de prospecção, exploração e desenvolvimento de campos com o objetivo de gerar e/ou recompor o portfólio de reservas, mantendo assim as condições operacionais de fornecimento de gás natural para as usinas até o período de projeção.

Preço de venda: A referência utilizada são as condições contratuais atuais até o final da vida útil dos ativos, indexados pela inflação (IPCA). A parcela de custo de combustível da receita variável é indexada pelos índices de preço de commodities definidos no momento do leilão.

Despacho: A curva de despacho utilizada no ciclo orçamentário leva em consideração dados macroeconômicos e a conjuntura estrutural do setor.

CAPEX de manutenção e Overhaul: Foram projetados investimentos em manutenção de acordo com o ciclo orçamentário, indexados pela Inflação (IPCA). Tratam-se de dispêndios que se comportam de forma linear ao longo dos anos, exceto para os gastos com “overhaul” que ocorrem a cada ciclo de 32 mil horas.

Taxa de desconto: A Companhia aplica a abordagem do Custo Médio Ponderado de Capital (CPMC) em termos nominais, considerando efeitos inflacionário, conforme abaixo:

	Eneva	Itaqui	Pecém II Participações	Parnaíba I	Parnaíba II
CMPC nominal (pós tax)	12,3%	9,1%	9,1%	9,5%	9,3%
CMPC nominal (pré tax)	11,8%	9,0%	9,4%	11,9%	10,3%

As taxas acima apresentadas foram ajustadas ao longo da projeção, considerando a evolução da estrutura de endividamento específica de cada Unidade geradora de caixa “UGC” e também a evolução da alíquota de impostos e das premissas de inflação.

14. Intangível

Composição dos saldos - Intangível

	Consolidado 2018									
	Licenças e Software de Informática	Intangível de E&P	Direito de Uso	Outorgas e CCEARs	Contratos de Direito de Exploração	Direito de uso na Aquisição de Investimentos	Direito de uso de ativos com a vida útil indefinida	Bônus de assinatura	Intangível em curso	Total
Tx Amortização % a.a.	20									
Custo										
Saldo em 31/12/2017	88.532	278.755	80.169	183.448	307.081	144.528	64.386	340.996	642	1.488.537
Adições	1.239	-	-	-	-	-	-	-	3.385	4.624
Adições Aquisição Controlada (Pecém II) (*)	1.137	-	-	-	-	-	-	-	-	1.137
Adições Campo Azulão	-	-	-	-	-	-	-	197.650	-	197.650
Baixas	-	-	-	-	-	(28.498)	-	-	-	(28.498)
Custo Rodada 14	-	-	-	-	-	-	-	-	1.858	1.858
Saldo em 31/12/2018	90.908	278.755	80.169	183.448	307.081	116.030	64.386	538.646	5.885	1.665.308
Amortização										
Saldo em 31/12/2017	(24.350)	(2.550)	(12.473)	(49.980)	(17.746)	(43.681)	-	(18.316)	-	(169.096)
Adições	(5.548)	(5.484)	(5.276)	(12.224)	(20.280)	(6.402)	-	(4.202)	-	(59.416)
Adições Aquisição Controlada (Pecém II) (*)	(376)	-	-	-	-	-	-	-	-	(376)
Baixas	-	-	-	-	-	3.784	-	-	-	3.784
Saldo em 31/12/2018	(30.274)	(8.034)	(17.749)	(62.204)	(38.026)	(46.299)	-	(22.518)	-	(225.104)
Valor Contábil										
Saldo em 31/12/2017	64.182	276.205	67.696	133.468	289.335	100.847	64.386	322.680	642	1.319.441
Saldo em 31/12/2018	60.634	270.721	62.420	121.244	269.055	69.731	64.386	516.128	5.885	1.440.204

(*) Conforme aquisição de Pecém II Participações S.A. descrita na nota explicativa nº "12 – Investimentos".

	Consolidado 2017									
	Licenças e Software de Informática	Intangível de E&P	Direito de Uso	Outorgas e CCEARs	Contratos de Direito de Exploração	Direito de uso na Aquisição de Investimentos	Bônus de assinatura	Intangível em curso	Total	
Tx Amortização % a.a.	20									
Custo										
Saldo em 31/12/2016	86.874	34.002	80.169	183.448	531.192	191.119	340.514	642	1.447.960	
Adições	1.658	4.299	-	-	-	-	482	-	6.439	
Adições (Incorporação - Mais Valia)	-	-	-	-	-	33.644	-	-	33.644	
Adições - MTM	-	1.288	-	-	-	-	-	-	1.288	
Transferências (Incorporação) (*)	-	239.236	-	-	(223.387)	(15.849)	-	-	-	
Baixas	-	(70)	-	-	(724)	-	-	-	(794)	
Saldo em 31/12/2017	88.532	278.755	80.169	183.448	307.081	208.914	340.996	642	1.488.537	
Amortização										
Saldo em 31/12/2016	(19.423)	(706)	(7.926)	(36.742)	(5.069)	(8.505)	(14.274)	-	(92.645)	
Adições	(4.927)	(1.844)	(4.547)	(13.238)	(12.677)	(1.532)	(4.042)	-	(42.807)	
Adições - Ágio mais valia	-	-	-	-	-	(33.644)	-	-	(33.644)	
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldo em 31/12/2017	(24.350)	(2.550)	(12.473)	(49.980)	(17.746)	(43.681)	(18.316)	-	(169.096)	
Valor Contábil										
Saldo em 31/12/2016	67.451	33.296	72.243	146.706	526.123	182.614	326.240	642	1.355.315	
Saldo em 31/12/2017	64.182	276.205	67.696	133.468	289.335	165.233	322.680	642	1.319.441	

(*) Saldos oriundos da incorporação realizada em 2017 envolvendo as empresas BPMB Parnaíba S.A. (incorporada) e Parnaíba Gás Natural S.A. (incorporadora).

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas dos ativos a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, com exceção do Bônus de Assinatura pago pelas áreas de concessão para exploração de gás natural que são amortizados com base nas unidades produzidas. Esses métodos são os que melhor refletem o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados nos diferentes ativos.

Contratos de Concessão para Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural

Em 31 de dezembro de 2018, a Eneva S.A detém as seguintes concessões:

Nº	Bloco/Contrato	Rodada ANP	Operador	% Eneva	% Eneva Participações
1	BT-PN-1	9ª	PGN	100%	-
2	BT-PN-4	9ª	PGN	100%	-
3	BT-PN-5	9ª	PGN	100%	-
4	BT-PN-7	9ª	PGN	100%	-
5	BT-PN-8	9ª	PGN	100%	-
6	PN-T-69_R13	13ª	PGN	100%	-
7	PN-T-84_R13	13ª	PGN	70%	30%
8	PN-T-87_R13	13ª	PGN	100%	-
9	PN-T-101_R13	13ª	PGN	100%	-
10	PN-T-103_R13	13ª	PGN	100%	-
11	PN-T-146_R13	13ª	PGN	100%	-
12	PN-T-163_R13	13ª	PGN	100%	-
13	PN-T-117_R14	14ª	PGN	100%	-
14	PN-T-118_R14	14ª	PGN	100%	-
15	PN-T-119_R14	14ª	PGN	100%	-
16	PN-T-133_R14	14ª	PGN	100%	-
17	PN-T-134_R14	14ª	PGN	100%	-
18	BA-3A	-	PGN	100%	-

A totalidade das operações de fornecimento em operação comercial de gás natural e arrendamento de capacidade de unidade de tratamento de gás (UTG) é realizada com as contrapartes: Parnaíba I Geração de Energia S.A., Parnaíba II Geração de Energia S.A. e Consórcio UTE Parnaíba IV.

(1) Bônus de assinatura

O Bônus de assinatura é o montante ofertado no leilão para aquisição dos campos exploratórios. Este montante é pago a união. Em 2018, a movimentação ocorrida se referiu ao pagamento pela aquisição do Campo de Azulão.

(1.1) Campo de Azulão

Em 30 de abril de 2018, a Eneva S.A concluiu a aquisição de 100% dos direitos e obrigações para exploração e produção de hidrocarbonetos da concessão do Campo de Azulão (Concessão BA-3), localizado na Bacia do Amazonas, estado do Amazonas, da Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras"). A operação foi concluída com o pagamento de aproximadamente R\$ 197 milhões à Petrobras, após o cumprimento de todas as condições precedentes e ajustes previstos no contrato. Considerando o resultado do hedge cambial (nota explicativa nº "20 – Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos") feito para o valor acordado de aquisição, o desembolso líquido da Eneva S.A foi de R\$ 192 milhões em 27 de abril de 2018.

(2) Intangíveis com vida útil indefinida

O ágio (goodwill) oriundo de aquisições de controladas é registrado na conta de "Direito de Uso adquirido de investimento", no grupo de intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de compra vantajosa, o montante é registrado como ganho no resultado do exercício, na data da aquisição.

O goodwill é testado anualmente para verificar a existência de indicativo de redução ao valor recuperável. Em caso de registro de perdas elas não poderão ser revertidas posteriormente.

O Goodwill é o valor excedente do custo da combinação de negócios em relação à participação da empresa adquirente sobre o valor justo dos ativos e passivos da adquirida, ou seja, o excedente é a parcela paga a maior pela empresa adquirente devido à expectativa de geração de lucros futuros pela empresa adquirida.

O Goodwill registrado pela Companhia foi gerado na aquisição dos 50% de Eneva Participações, ocorrida em 2015. Por se tratar de ágio por expectativa de rentabilidade futura é caracterizado com vida útil indefinida, não sendo o ativo amortizado.

O valor recuperável do ágio da controlada é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de impairment. Não foi identificado perda no seu valor recuperável para o exercício de 2018.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o montante de ativos classificados com vida útil indefinida é de R\$ 64.386.

Avaliação de Impairment

O ativo intangível e o ativo imobilizado foram submetidas aos testes de recuperabilidade considerando o modelo de valor em uso, com base no valor presente do fluxo de caixa por unidade geradora de caixa. As premissas-chave dos testes de valor recuperável estão descritas na nota explicativa no. "13 – Imobilizado".

Como consequência dos testes de valor recuperável, não foi necessária a constituição e/ou reversão de provisão para *impairment* no ativo intangível e imobilizado em 31 de dezembro de 2018.

15. Partes relacionadas

Transações da Companhia com suas controladas diretas e indiretas, empresas ligadas e profissionais-chaves da Administração, foram realizadas de acordo com as condições contratadas entre as partes e refletem termos que levam em consideração transações de mercado.

Acionistas

Os principais acionistas da Companhia são Banco BTG Pactual S.A, Cambuhy, Uniper Holding e o Itaú Unibanco S.A, que detém, respectivamente, 26,79%, 22,99%, 6,10% e 5,88% das ações ordinárias.

Administradores

A Companhia é administrada por Conselho de Administração e por Diretoria de acordo com as atribuições e poderes conferidos em Estatuto Social.

Empresas ligadas

A Companhia possui como principais empresas ligadas: Banco BTG Pactual S.A, Cambuhy, Uniper Energy e o Itaú Unibanco S.A e suas respectivas controladas e coligadas.

Em 31 de dezembro de 2018, os saldos de ativos, passivos e efeitos em resultado de transações com partes relacionadas estão representados da seguinte forma:

Ativo	Relação de investimento	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Mútuo					
Itaqui Geração de Energia S.A. (a)	Controlada	147.694	165.585	-	-
MABE da Brasil (b)	Controlada em conjunto	11.115	17.881	11.115	17.881
Parnaíba B.V	Controlada	69.221	-	-	-
Parnaíba IV Geração de Energia S.A. (*) (c)	Controlada	-	79.523	-	-
Pecém II Geração de Energia S.A. (d)	Controlada	279.708	264.563	-	264.563
Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A.	Controlada	2.693	2.529	2.693	2.529
Termopantanal Participações	Controlada	457	-	-	-
Termopantanal Ltda.	Controlada indireta	230	230	-	-
		511.118	530.311	13.808	284.973
Operações comerciais					
Amapari Energia S.A.	Controlada	453	642	-	-
ENEVA Comercializadora de Energia S.A.	Controlada indireta	3.298	3.352	-	-
ENEVA Participações S.A.	Controlada	6.201	5.996	-	-
Uniper Energy	Acionista	92	92	93	93
Itaqui Geração de Energia S.A. (a)	Controlada	6.915	7.966	-	-
MABE do Brasil (b)	Controlada em conjunto	22	22	22	22
Parnaíba Gás Natural S.A. (e)	Controlada	-	10.483	-	-
Parnaíba Geração e Comércio de Energia	Controlada indireta	5.273	194	-	-
Parnaíba I Geração de Energia S.A.	Controlada	74.859	5.162	-	-
Parnaíba II Geração de Energia S.A. (*)	Controlada	87.226	8.278	-	-
Parnaíba III Geração de Energia S.A. (*)	Controlada indireta	-	2.386	-	-
Parnaíba IV Geração de Energia S.A. (*) (c)	Controlada indireta	-	1.465	-	-
Parnaíba Participações S.A.	Controlada em conjunto	-	179	-	-
Pecém II Geração de Energia S.A. (d)	Controlada indireta	6.295	7.028	-	49.524
Pecém II Participações S.A.	Controlada	2.276	2.484	-	2.761
Porto do Pecém Transportadora de Minério S.A	Controlada em conjunto	10	10	10	10
PO&M Geração Elétrica S.A	Controlada em conjunto	18	18	18	18
SPE ´s Ventos	Controlada indireta	46	40	-	-
Seival Geração de Energia S.A.	Controlada indireta	363	375	-	-
Seival Sul Mineração Ltda.	Controlada em conjunto	10	10	4.155	4.155
Sul Geração de Energia S.A.	Controlada indireta	320	342	-	-
Tauá Geração Energia	Controlada indireta	370	575	-	-
		194.047	57.099	4.298	56.583
Debêntures					
Parnaíba Gás Natural (f)	Controlada	-	306.270	-	-
		-	306.270	-	-
		705.165	893.680	18.106	341.556

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018 – ENEVA S.A.

Passivo		2018	2017	2018	2017
Debêntures					
Parnaíba Gás Natural S.A. (f)	Controlada	-	-	-	82.281
		-	-	-	82.281
Operações comerciais					
Amapari Energia S.A.	Controlada	3	3	-	-
Copelmi Mineração Ltda.	Coligada	-	-	293	146
Uniper Energy	Acionista	13	13	26.475	27.987
ENEVA Participações S.A.	Controlada	3.355	3.355	-	-
Itaqui Geração de Energia S.A.	Controlada	2.186	2.186	-	-
Parnaíba Gás Natural S.A.	Controlada	-	3.387	-	-
Parnaíba I Geração de Energia S.A.	Controlada	35	35	-	-
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	Controlada	47	29	-	-
Parnaíba III Geração de Energia S.A.	Controlada indireta	-	11	-	-
Parnaíba IV Geração de Energia S.A.	Controlada indireta	-	7	-	-
Pecém II Geração de Energia S.A.	Controlada indireta	49	45	-	2.702
Pecém II Participações S.A.	Controlada	-	-	-	12
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	Controlada em conjunto	-	-	-	-
Tauá Geração de Energia Ltda.	Controlada indireta	446	444	-	-
		6.134	9.515	26.768	30.847
Total passivo curto e longo prazo		6.134	9.515	26.768	113.128
Resultado					
		Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Amapari Energia S.A.	Controlada	379	388	-	-
Eneva Comercializadora de Energia S.A.	Controlada indireta	1.315	897	-	-
Eneva Participações S.A.	Controlada	263	225	-	-
Itaqui Geração de Energia S.A. (a)	Controlada	22.620	21.167	-	-
MABE Construção e Administração de Projetos Ltda. (b)	Controlada em conjunto	1.284	1.456	961	870
Parnaíba Gás Natural S.A. (e)	Controlada	71.486	5.870	-	-
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	Controlada indireta	877	393	-	-
Parnaíba I Geração de Energia S.A.	Controlada	7.553	4.837	-	-
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	Controlada	16.111	4.767	-	-
Parnaíba III Geração de Energia S.A.	Controlada indireta	-	2.236	-	-
Parnaíba IV Geração de Energia S.A. (c)	Controlada indireta	-	11.878	-	-
Parnaíba Participações S.A.	Controlada indireta	107	(3.230)	-	-
Pecém II Geração de Energia S.A. (d)	Controlada indireta	26.926	19.721	4.836	11.712
Pecém II Participações S.A.	Controlada	112	2.824	-	-
Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A.	Controlada em conjunto	193	218	144	130
Seival Geração de Energia S.A.	Controlada indireta	70	67	-	-
SPE's Ventos	Controlada indireta	107	64	-	-
Sul Geração de Energia S.A.	Controlada indireta	7	34	-	-
Tauá Geração de Energia Ltda.	Controlada indireta	309	166	-	-
UTE Porto do Açú Energia S.A.	Controlada indireta	-	38	-	-
		149.719	74.016	5.941	12.712

- (a) O saldo é composto por: (i) contrato de mútuo celebrado, em janeiro de 2012, com a Eneva (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (104% do CDI) e com prazo de vencimento indeterminado. Em junho de 2016, capitalizamos como investimento todo o principal deste mútuo, no montante de R\$ 332.095. Portanto o saldo de R\$ 147.694 refere-se apenas aos juros (R\$ 165.585 em 31 de dezembro de 2017). Em 31 de dezembro de 2018, o efeito no resultado é de R\$ 11.130 (R\$ 18.280 em 31 de dezembro de 2017) e (ii) ressarcimento de custos relativos a atividades operacionais, financeiras e administrativos, no montante de R\$ 6.915 (R\$ 7.966 em 31 de dezembro de 2017). Em 31 de dezembro de 2018, o efeito no resultado é de R\$ 11.490 (R\$ 9.824 em 31 de dezembro de 2017);
- (b) Contrato de mútuo celebrado, em janeiro de 2013, com a Eneva (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (105% do CDI) e com prazo de vencimento indeterminado, no montante de R\$ 18.972 (R\$ 17.881 em 31 de dezembro de 2017), sendo R\$ 14.565 de principal e R\$ 4.407 de juros (R\$ 14.710 de principal e R\$ 3.171 de juros em 31 de dezembro de 2017). Em 31 de dezembro de 2018, o efeito no resultado consolidado é de R\$ 1.284 (R\$ 1.802 em 31 de dezembro de 2017); Em 31 de dezembro de 2018 o saldo de prejuízos do exercício auferido pela controlada MABE foi reclassificado para a rubrica de mútuos, de acordo com o tópico 38 do CPC 18 (IAS 28), no montante de R\$ 7.857.

- (c) O saldo é composto por: (i) contrato de mútuo celebrado, em janeiro de 2012, com a Eneva (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (125% do CDI) e com prazo de vencimento indeterminado, no montante de R\$ 84.235 (R\$ 79.523 em 31 de dezembro de 2017), sendo R\$ 28.878 de principal e R\$ 55.357 de juros (R\$ 29.318 de principal e R\$ 50.205 de juros em 31 de dezembro de 2017). Em dezembro de 2018, capitalizamos como investimento o valor total do mutuo aumentando o capital na controlada Parnaíba II. Em 31 de dezembro de 2018, o efeito no resultado é de R\$ 5.963 (R\$ 12.864 em 31 de dezembro de 2017) e (ii) ressarcimento de custos relativos a atividades operacionais, financeiras e administrativos, no montante de R\$ 87.226 (R\$ 12.129 em 31 de dezembro de 2017). Em 31 de dezembro de 2018, o efeito no resultado é de R\$ 10.148 (R\$ 11.101 em 31 de dezembro de 2017);
- (d) O saldo é composto por (i) contrato de mútuo celebrado com a Eneva (mutuante) sujeito a juros de mercado (104% do CDI) e com prazo de vencimento indeterminado, no montante de R\$ 279.708 (R\$ 264.563 em 31 de dezembro de 2017), sendo R\$ 220.456 de principal e R\$ 59.252 de juros (R\$ 222.465 de principal e R\$ 42.098 de juros em 31 de dezembro de 2017). Em 31 de dezembro de 2018, efeito no resultado é de R\$ 17.817 (R\$ 22.299 em 31 de dezembro de 2017) e (ii) ressarcimento de custos relativos a atividades operacionais, financeiras e administrativas, no montante de R\$ 6.156 (R\$ 7.028 em 31 de dezembro de 2017). Em 31 de dezembro de 2018, o efeito no resultado é de R\$ 9.109 (R\$ 5.009 em 31 de dezembro de 2017);
- (e) Com a incorporação da PGN pela Eneva S.A, os saldos entre as duas entidades foram liquidados.

15.1 Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria

De acordo com a Lei nº 6.404/1976 e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos Administradores, cabendo ao Conselho de Administração efetuar a distribuição entre os mesmos.

Os montantes totais de remuneração dos Diretores e do Conselho da administração da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, registrados na contabilidade pelo regime de competência, segue conforme apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Benefícios de curto prazo	21.294	36.637	24.782	40.308
Benefícios de Longo Prazo (a)	2.312	-	2.312	-
	23.606	36.637	27.094	40.308

(a) Adicionalmente, conforme descrito na Nota explicativa nº "24 - Plano de pagamento baseado em ações", a Companhia implementou plano de pagamento baseado em ações para gestores e diretores estatutários e não estatutários. A outorga das ações será concedida quando do cumprimento de determinadas condicionantes, no prazo de 3 a 5 anos, a partir do início do plano.

Abaixo os montantes de remuneração mínima, média e máxima do Conselho de Administração e Diretoria:

	2018			Consolidado 2017		
	Mínima	Média	Máxima	Mínima	Média	Máxima
Conselho Administração	316.800	569.829	1.296.000	237.600	403.600	662.400
Diretores	127.045	1.547.914	4.154.480	1.503.026	3.847.225	12.457.457

16. Combinação de negócios

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculada pela soma dos valores justos dos ativos transferidos para a Companhia, dos passivos incorridos na data da aquisição e devidos aos acionistas controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Numa aquisição de controle em etapas, a parcela pré-existente é remensurada ao seu valor justo na data da aquisição e a contra-partida registrada em resultado, sendo considerada parte do preço de aquisição.

Os ativos / passivos de uma controlada adquirida são mensurados pelo respectivo valor justo na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos dos passivos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na compra vantajosa na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição.

Em 16 de abril de 2018, após atendidas todas as condições precedentes da transação, foi concluída a aquisição da totalidade da participação societária (50%) da Uniper Holding GmbH em Pecém II Participações S.A., que é acionista única de Pecém II Geração de Energia S.A..

Antes da conclusão da operação, o controle desta subsidiária era compartilhado entre Eneva S.A. e Uniper Holding (50% de participação para cada empresa).

Esta operação foi reflexo da execução do plano de pré-pagamento de dívidas descrito no prospecto da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações concluída em 20 de outubro de 2017. Em consequência, Pecém II realizou a liquidação antecipada de R\$ 220 milhões do saldo devedor atualizado de seu contrato de financiamento junto ao BNDES (R\$ 162 milhões ao custo de TJLP acrescido de 3,1% ao ano e R\$ 58 milhões ao custo de IPCA acrescido de 10,6% ao ano).

A redução do endividamento permitiu a declaração de Performance Financeira e Operacional de Pecém II pelo BNDES, e consequente liberação de todas as fianças bancárias garantidoras do financiamento (cujo custo contabilizado por Pecém II, em 2017, foi de R\$ 28 milhões).

A Uniper não demonstrou interesse em permanecer na operação ou realizar novos aportes de capital em Pecém II e por esse motivo aceitou a oferta de compra da sua participação por parte da Eneva.

A contraprestação transferida pelas ações foi efetivada pela Companhia também em 16 de abril de 2018 no montante total de R\$ 160 milhões, compostos por R\$ 50 milhões de pagamento feito a contraparte referente à negociação para aquisição do controle e outros R\$ 110 milhões de aporte de capital feito pela Eneva S.A. em Pecém II (50% do montante da liquidação antecipada do financiamento do BNDES acima mencionado), cumprindo com obrigação de aporte que inicialmente era da Uniper Holding GmbH.

Apuração do Valor Justo da Combinação de Negócios:

A aquisição dos ativos e passivos de Pecém II, foi registrada utilizando o método de aquisição, conforme estabelecido pelo CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R), considerando o valor justo dos ativos e passivos estimados na data da aquisição.

A Companhia contratou consultoria especializada para apoiar na mensuração do valor justo dos ativos tangíveis e intangíveis de Pecém II, com o objetivo de alocar o preço de compra (PPA - *Purchase Price Allocation*) na Eneva S.A..

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018 – ENEVA S.A.

A seguir apresentamos os efeitos da alocação do preço de compra e os demais reflexos:

1- Fair value dos principais ativos e passivos identificados (montantes a 100%):

	Saldo contábil na data de aquisição	Ajuste a valor justo	Saldo contábil pós ajustes
Disponibilidades	37.958	-	37.958
Contas a receber	98.294	-	98.294
Estoque de carvão	77.529	(3.573)	73.956
Ativo Imobilizado	1.739.711	(137.354)	1.602.357
Fornecedor	92.797	-	92.797
Empréstimos e Financiamentos	702.530	-	702.530
P&D	-	3.233	3.233
Contingências passivas	-	(3.000)	(3.000)
Imposto diferido Ativo	-	47.836	47.836
Patrimônio Líquido (A)	868.355	(92.858)	775.497

2 - Remensuração da participação detida e apuração da compra vantajosa

Contrapartida transferida (50%)	159.811
Valor Justo da participação detida anteriormente (50%)	481.925
Ativo de indenização	(1.812)
Valor justo da contraprestação paga - (B)	639.924
Ganho de Compra Vantajosa - (C = A-B)	135.573
Valor Justo da participação detida anteriormente - (D)	481.925
Valor contábil da participação anteriormente detida - (E)	425.116
Ganho na remensuração da participação anteriormente detida - (F=D-E)	56.809
Impacto total da combinação de negócios via resultado - (G=C+F)	192.382

(*) Em 31 de dezembro de 2018, os ativos tangíveis (Máquinas e equipamentos) adquiridos na combinação de negócio acumulam uma depreciação no montante de R\$ 5.070.

Esta operação foi considerada uma combinação de negócios em estágio. Por esse motivo, a Companhia mensurou novamente a sua participação anterior na Pecém II pelo valor justo aplicado a nova aquisição, reconhecendo em seu resultado um ganho no montante de R\$ 56.809.

Em 31 de dezembro de 2018, a Pecém II contribuiu com uma receita de R\$ 744.865 e lucro de R\$ 108.214 às demonstrações financeiras consolidadas. Caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º Janeiro de 2018, a Administração estima que, considerando os mesmos ajustes a valor justo, a receita consolidada seria de R\$ 566.544 e o lucro líquido consolidado seria de R\$ 111.442.

Mensuração dos valores justos

(a) Hierarquia do valor justo e técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis

A mensuração dos valores justos do negócio e seus inputs foram classificados como nível 3 nas técnicas de avaliação utilizadas.

O valor justo foi mensurado utilizando fluxos de caixa descontados estimados pelo período de autorização da planta. As projeções incluem estimativas específicas para o Ambiente de Contratação Regulada (ACR, aplicável para o exercício entre 2018 e 2028) e para a contratação bilateral no período em que a energia ainda não está contratada (aplicável para o exercício entre 2028 e 2043). Foram considerados como inputs não observáveis mais significativos: (i) o custo médio ponderado de capital próprio e terceiros ("WACC") em termos nominais; (ii) preço da energia para a contratação bilateral com base em histórico observável de mercado; (iii) encargos regulatórios considerando patamares reajustados pela inflação; e (iv) custos operacionais que contemplam tanto os custos fixos quanto os custos variáveis, levando em conta o nível de despacho projetado para a usina. O detalhamento completo das premissas utilizadas para a avaliação estão descritas na nota explicativa no "13 - Imobilizado", no item de avaliação de impairment..

17. Empréstimos e financiamentos

Empresa	Credor	Moeda	Taxas de juros	Taxas efetiva	Vencimento	2018				Consolidado 2017			
						Custo de captação a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo de captação a apropriar	Principal	Juros	Total
Itaqui	BNDES (Direto)	R\$	TJLP+2,78%	9,27%	15/06/2026	(5.453)	746.391	2.447	743.385	(6.694)	787.413	2.948	783.667
Itaqui	BNB	R\$	10%	10,32%	15/12/2026	(1.761)	183.644	780	182.663	(1.946)	194.420	825	193.299
Itaqui	BNDES (Indireto)	R\$	IPCA+12,13%		15/06/2026	-	-	-	-	(1.507)	140.710	7.588	146.791
Itaqui	BNDES (Indireto)	R\$	TJLP+4,8%		15/06/2026	-	-	-	-	(1.279)	156.388	714	155.823
Pecém II	BNDES (Direto) (a)	R\$	TJLP+3,14%	9,77%	15/06/2027	(3.574)	377.185	1.285	374.896	-	-	-	-
Pecém II	BNDES (Direto) (a)	R\$	IPCA+10,59%	10,80%	15/06/2027	(463)	130.287	511	130.335	-	-	-	-
Pecém II	BNB	R\$	10%	10,41%	31/01/2028	(3.107)	207.650	-	204.543	-	-	-	-
Parnaíba I	BNDES (Direto) (d)	R\$	TJLP+3,77%		15/06/2027	-	-	-	-	(24.089)	357.314	1.483	334.708
Parnaíba I	BNDES (Direto) (d)	R\$	IPCA+6,67%		15/07/2026	-	-	-	-	(8.407)	193.340	5.731	190.664
Parnaíba II	Bradesco (e)	R\$	CDI+2,50%		03/01/2019	-	-	-	-	-	40.000	-	40.000
Parnaíba II	Bradesco (e)	R\$	CDI+3,00%		03/01/2019	-	-	-	-	-	334.116	7.070	341.186
Parnaíba II	BNDES (Indireto)	R\$	TJLP+5,15%		15/09/2027	-	236.057	1.042	237.099	-	250.451	1.179	251.630
ENEVA S/A	BTGI LLC	R\$	CDI+3,50%		05/06/2018	-	-	-	-	-	25.000	172	25.172
ENEVA S/A	FINEP (b)	R\$	TJLP+3,00%		15/03/2025	-	70.009	269	70.278	-	39.724	153	39.877
ENEVA S/A	FINEP (c)	R\$	TJLP+1,00%	7,00%	15/12/2028	(224)	17.500	-	17.276	-	-	-	-
ENEVA S/A	Banco Itaú BBA	R\$	CDI+2,75%		15/05/2028	-	282.642	168.806	451.448	-	282.642	130.294	412.936
ENEVA S/A	Banco BTG Pactual	R\$	CDI+2,75%		15/05/2028	-	514.770	307.442	822.212	-	514.770	237.301	752.071
ENEVA S/A	Bullseye I FIDC	R\$	CDI+2,75%		15/05/2028	-	55.641	33.231	88.872	-	55.641	25.649	81.290
ENEVA S/A	Bullseye I LLC	US\$	LIBOR 6M		15/05/2028	-	133.222	6.423	139.645	-	113.735	3.320	117.055
ENEVA S/A	Banco Credit Suisse	US\$	LIBOR 6M		15/05/2028	-	14.510	699	15.209	-	12.388	361	12.749
						(14.582)	2.969.508	522.935	3.477.861	(43.922)	3.498.052	424.788	3.878.918
Depósitos Vinculados						-	(102.038)	-	(102.038)	-	(176.158)	-	(176.158)
Saldo líquido de empréstimos e financiamentos						(14.582)	2.867.470	522.935	3.375.823	(43.922)	3.321.894	424.788	3.702.760
Circulante						(2.802)	180.534	6.334	184.066	(4.829)	168.117	27.863	191.151
Não circulante						(11.780)	2.686.936	516.601	3.191.757	(39.093)	3.153.777	396.925	3.511.609

(a) Em abril de 2018, a controlada Pecém II realizou a liquidação antecipada de R\$ 220 milhões do saldo devedor atualizado de seu contrato de financiamento junto ao BNDES (R\$ 162 milhões ao custo de TJLP acrescido de 3,1% ao ano e R\$ 58 milhões ao custo de IPCA acrescido de 10,6% ao ano). No mesmo período, Pecém II passou a compor o saldo das demonstrações consolidadas da Eneva S.A.. A redução do endividamento permitiu a declaração de Performance Financeira e Operacional de Pecém II pelo BNDES, e consequente liberação de todas as fianças bancárias garantidoras do financiamento (cujo custo contabilizado por Pecém II em 2017 foi de R\$ 28 milhões)

(b) Em julho de 2018, foi liberado o 2º tranche do desembolso da FINEP no montante de R\$ 29,9 milhões para a controlada Parnaíba Gás Natural S.A., posteriormente incorporada pela Eneva S.A, ao custo de TJLP + 3% a.a. a ser amortizado em 73 parcelas mensais e sucessivas a partir de março de 2019.

(c) Em dezembro de 2018, foi desembolsado pela FINEP financiamento no montante de R\$ 17,5 milhões para a controlada Parnaíba Gás Natural S.A., posteriormente incorporada pela Eneva S.A., ao custo de TJLP + 1% a.a. a ser amortizado em 97 parcelas mensais e sucessivas a partir de dezembro de 2020.

(d) Os recursos captados através de emissão de Debêntures pela Parnaíba I foram parcialmente utilizados para a liquidação antecipada do saldo remanescente da sua própria dívida junto ao BNDES. Em consequência dessa liquidação, foram liberadas as fianças bancárias remanescentes atreladas ao financiamento no valor de R\$182 milhões.

(e) Os recursos captados através de emissão de Debêntures pela Parnaíba II foram parcialmente destinados ao refinanciamento da sua própria dívida cujo vencimento era previsto para 03 de janeiro de 2019.

As instituições financeiras normalmente não requerem garantias para empréstimos e financiamentos concedidos à Controladora. Entretanto, os empréstimos obtidos pelas subsidiárias estão garantidos na estrutura equivalente a Project Finance, principalmente através dos ativos (máquinas e equipamentos) bem como pelo fluxo de faturamento dos contratos de CCEARs das subsidiárias. Adicionalmente, a controladora Eneva S.A. concede aval para as subsidiárias.

Abaixo é demonstrado a movimentação dos empréstimos (circulante e não circulante):

	Controladora	Consolidado
Saldo em 2017	1.376.101	3.702.760
(+) Novas Captações	-	47.410
(+) Juros incorridos	119.007	403.519
(+/-) Variação cambial Juros	666	666
(+/-) Variação cambial Principal	21.610	21.610
(-) Pagamento de juros	-	(285.201)
(-) Pagamento de principal	-	(1.388.698)
(+) Amortização do custo de captação	(220)	39.159
(-) Atualização monetária contratual	-	(5.096)
(-) Depósitos Vinculados	-	136.491
(-) Depósitos Vinculados - Pecém II	-	(62.371)
(+) Pecém II Geração de Energia S.A.	-	765.574
(+) Parnaíba Gás Natural S.A.	87.777	-
Saldo em 2018	1.604.941	3.375.823

	Controladora	Consolidado
Saldo em 2016	1.228.617	4.097.298
(+) Novas captações	-	39.626
(+) Juros incorridos	145.619	467.022
(+/-) Variação cambial Juros	1.865	105
(+/-) Variação cambial Principal	-	1.864
(-) Pagamento de juros	-	(340.197)
(-) Pagamento de principal	-	(542.952)
(+) Amortização do custo de captação	-	3.545
(-) Atualização monetária contratual	-	(2.878)
(-) Depósitos Vinculados	-	(20.673)
Saldo em 2017	1.376.101	3.702.760

As parcelas dos empréstimos e financiamentos classificadas no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2018 têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Consolidado
	2018
Ano de vencimento	
2020	203.952
2021	244.145
2022	244.775
2023 até último vencimento	2.600.923
	3.293.795
Depósitos Vinculados	(102.038)
	3.191.757

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo imobilizado quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

A Administração da Companhia avaliou que a melhor divulgação dos juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures é nos fluxos de caixa de financiamentos, pois o custo desses passivos financeiros está intrinsicamente ligado a obtenção de recursos para a construção do parque gerador e produtor de gás do Grupo Eneva.

Depósitos Vinculados a empréstimos e financiamentos

A Companhia avalia se seus depósitos vinculados aos contratos de empréstimos e financiamentos atendem aos seguintes critérios:

- (a) não estão condicionados a eventos futuros; e
- (b) são legalmente executáveis em todas as seguintes circunstâncias:
 - (i) no curso normal dos negócios;
 - (ii) no caso de inadimplência; e
 - (iii) no caso de insolvência ou falência;

Por isso, apresenta o saldo desta rubrica líquida dos empréstimos e financiamentos a eles relacionados.

Covenants financeiros e não financeiros

Os contratos de financiamentos e Debêntures das subsidiárias operacionais possuem cláusulas com *covenants* não financeiros, usuais no mercado e resumidos a seguir, as quais em 31 de dezembro de 2018 se encontram integralmente atendidas:

- Obrigação de apresentar aos credores demonstrações financeiras periodicamente;
- Direito dos credores de executar inspeções e visitas das suas instalações;
- Obrigação de manter atualizadas as obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas;
- Obrigação de manter em vigor contratos materialmente relevantes para as suas operações;
- Respeitar a legislação ambiental e manter em vigor as licenças necessárias para as suas operações;

- Restrições contratuais quanto a operações com partes relacionadas e alienações de ativos fora do curso normal de negócios;
- Restrições quanto à mudança de controle, reestruturações societárias, exceto as ocorridas dentro do grupo econômico, e alteração material no objeto social e nos atos constitutivos dos devedores; e
- Limites de endividamento e para a contratação de novas dívidas nas subsidiárias.

Os contratos de financiamento relativos aos projetos Parnaíba I Geração de Energia S.A., Parnaíba II Geração de Energia S.A, Pecém II Geração de Energia S.A e Itaqui Geração de Energia S.A., contêm cláusulas específicas de *covenants* financeiros, conforme abaixo demonstrado:

Empresa	Descrição dos Covenants Financeiros	Posição em 31/12/2018
Parnaíba I	Dívida Líquida de no máximo 3,5 vezes o EBITDA	Atendido
Parnaíba II	Dívida Líquida de no máximo 3,25 vezes o EBITDA	Atendido
Parnaíba II	Dívida líquida de no máximo 3 vezes o EBITDA	Atendido
Pecém II	Índice de Cobertura de Dívida de no mínimo 1,20	Atendido

18. Debêntures

Consolidado													
						31/12/2018				31/12/2017			
Empresa	Credor	Moeda	Taxas de juros	Taxas Efetiva	Venc.	Custo a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo a apropriar	Principal	Juros	Total
ENEVA S/A (a)	2ª Emissão (Bradesco/Citibank)	R\$	123% CDI		28/02/2020	-	-	-	-	(3.968)	496.170	15.438	507.640
ENEVA S/A (a)	5ª Emissão (Icatu)	R\$	123% CDI		25/02/2018	-	-	-	-	-	50.000	385	50.385
Parnaíba I (b)	1ª Emissão - 1ª Série (Santander)	R\$	IPCA + 7,2227%	12,30%	15/11/2025	(6.768)	314.214	2.094	309.540	-	-	-	-
Parnaíba I (b)	1ª Emissão - 2ª Série (Santander/BB/Citi)	R\$	CDI + 2,50%	12,08%	15/11/2025	(11.726)	551.000	4.570	543.844	-	-	-	-
Parnaíba II (c)	1ª Emissão (Bradesco)	R\$	CDI + 2,50%	12,46%	05/12/2025	(19.099)	695.000	1.916	677.817	-	-	-	-
Parnaíba II (d)	2º Emissão (Bradesco)	R\$	CDI + 2,95%	11,86%	05/12/2024	(4.883)	260.000	1.603	256.720	(5.612)	100.000	419	94.807
						(42.476)	1.820.214	10.183	1.787.921	(9.580)	646.170	16.242	652.832
Circulante						(4.515)	107.629	10.183	113.297	3	215.390	16.242	231.635
Não circulante						(37.961)	1.712.585	-	1.674.624	(9.583)	430.780	-	421.197

(a) Em 28 de dezembro de 2018, a controlada Parnaíba Gás Natural foi incorporada pela Eneva S.A. No âmbito dessa incorporação as debêntures foram, na sua totalidade, resgatadas antecipadamente.

(b) Em novembro de 2018 a Parnaíba I Geração de Energia S.A. realizou a emissão de R\$ 866 milhões em debêntures simples, não conversíveis em ações, com série incentivada e série não-incentivada. A série incentivada totalizou R\$ 315 milhões, com custo de IPCA + 7,227% ao ano e vencimento em 2025. A série não-incentivada totalizou R\$ 551 milhões, com custo de CDI + 2,5% ao ano e vencimento em 2025. Ambas as séries têm pagamento de juros semestral, carência de principal de 12 meses e serão amortizadas em 13 parcelas semestrais consecutivas. Os recursos captados foram parcialmente utilizados para a liquidação antecipada do saldo remanescente da dívida de Parnaíba I junto ao BNDES.

(c) Em dezembro de 2018 a Parnaíba II Geração de Energia S.A. realizou a emissão de R\$ 695 milhões em debêntures simples, não conversíveis em ações, com custo de CDI + 2,5% ao ano e vencimento em 2025. As debêntures têm pagamento de juros semestral, carência de principal de 18 meses e serão amortizadas em 12 parcelas semestrais consecutivas. Os recursos captados foram parcialmente destinados ao refinanciamento de suas próprias dívidas cujo vencimento era previsto para 3 de janeiro de 2019.

(d) Em 24 de novembro de 2017, a Parnaíba II realizou sua 2ª emissão de debêntures, a ser liberado em duas tranches, no valor total de R\$ 260.000, ao custo de 100% do CDI acrescido de 2,95% a.a, a serem amortizadas em 12 parcelas semestrais consecutivas a partir de 2019. A primeira tranche foi desembolsada em 13 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 100.000, e foi utilizada para realizar o resgate antecipado total das Debêntures da 1ª emissão no valor de R\$100.457, liquidadas em mesma data. O desembolso da 2ª tranche foi realizado dia 06 de fevereiro de 2018, no montante de R\$ 160.000. Em 30 de setembro de 2018, a controlada Parnaíba II Geração de Energia S.A. incorporou as subsidiárias Parnaíba III Geração de Energia S.A. e Parnaíba IV Geração de Energia S.A., conforme descrito na nota explicativa nº "12 – investimentos".

Abaixo é demonstrado a movimentação das debêntures:

Saldo em 2017

(+) Novas captações	
(+) Juros incorridos	
(-) Pagamento de principal	
(-) Pagamento de juros	
(-) Custo de captação (Novas captações)	
(+) Amortização do custo de captação	

Saldo em 2018

Saldo em 2016

(+) Aquisição controlada PGN	
(+) Juros incorridos	
(-) Pagamento de juros	
(-) Pagamento de principal	
(+) Amortização do custo de captação	

Saldo em 2017

Consolidado	
	652.832
	1.971.000
	72.080
	(796.170)
	(78.925)
	(37.593)
	4.697
	1.787.921
Consolidado	
	845.962
	100.000
	83.372
	(107.898)
	(265.846)
	(2.758)
	652.832

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos das Debêntures gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo imobilizado quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Os covenants contratuais das Debêntures foram integralmente atendidos e estão detalhados na nota explicativa nº “17 – Empréstimos e financiamentos”.

19. Impostos e contribuições a recolher

O saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar é composto por:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	14.060	133	62.536	64.031
Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL	8.912	-	25.081	25.407
	22.972	133	87.617	89.438

As empresas do grupo são tributadas com base no regime de Lucro Real efetuando as antecipações mensais de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, nos termos da legislação vigente.

A seguir apresentamos os saldos dos demais impostos e contribuições a recolher:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
ICMS	70	3	2.257	81.262
PIS, COFINS e IOF	3.965	3.866	21.014	23.136
IPI Importação	-	-	32	40
Imposto de Importação	-	-	111	122
Outros	3.610	750	6.250	5.078
	7.645	4.619	29.664	109.638

20. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

No reconhecimento inicial, a Companhia classifica um ativo financeiro como mensurado pelo custo amortizado, ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base nos seguintes critérios em conjunto:

- (a) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros;
- (b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista na política de aplicações financeiras vigente.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito importante nos valores de realização estimados.

A descrição dos saldos contábeis consolidados dos instrumentos financeiros inclusos nos balanços patrimoniais, bem como a classificação da hierarquia de valor justo, estão apresentadas a seguir:

		Controladora	
	Nível	2018	2017
Ativos			
Custo Amortizado		2.676	320.507
Depósito vinculado	Nível 1	2.676	14.237
Debêntures a receber	Nível 1	-	306.270
Valor justo por meio do resultado		1.254.134	1.133.753
Caixa e Equivalente de Caixa	Nível 1	452.050	502.905
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	96.919	43.438
Operações Comerciais	Nível 1	194.047	57.099
Mútuos	Nível 1	511.118	530.311
Passivos			
Custo amortizado		1.672.505	1.398.425
Fornecedores	Nível 1	61.430	12.809
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	1.604.941	1.376.101
Contas a pagar	Nível 1	6.134	9.515
		Consolidado	
	Nível	2018	2017
Ativos			
Custo amortizado		389.500	616.790
Contas a receber	Nível 1	357.883	524.886
Depósito vinculado	Nível 1	31.617	91.904

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018 – ENEVA S.A.

Valor justo por meio do resultado		1.378.114	1.325.692
Caixa e equivalente de caixa	Nível 1	1.152.266	766.884
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	207.017	217.146
Operações Comerciais	Nível 1	4.298	56.583
Mútuo	Nível 1	13.808	284.973
Derivativos	Nível 2	725	106
Passivos			
Custo amortizado		5.560.297	4.816.211
Fornecedores	Nível 1	354.016	294.079
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	3.375.823	3.702.760
Debêntures	Nível 2	1.787.921	652.832
Debêntures Conversíveis	Nível 1	-	82.281
Contas a Pagar	Nível 1	26.768	30.847
Retenções contratuais	Nível 1	4.330	4.330
Contas a pagar - Setor elétrico	Nível 1	11.439	47.688
Derivativos	Nível 2	-	1.394

Os ativos e passivos financeiros classificados como informação de Nível 3 estão apresentados na nota explicativa nº "16 – Combinação de Negócios" e seguem abaixo:

1- Valor justo dos principais ativos e passivos identificados:

	Saldo contábil na data de aquisição	Ajuste a valor justo	Saldo contábil pós ajustes
Estoque de carvão	77.529	(3.573)	73.956
Ativo Imobilizado	1.739.711	(137.354)	1.602.357
P&D	-	3.233	3.233
Contingências passivas	-	(3.000)	(3.000)
Imposto diferido Ativo	-	47.836	47.836
Patrimônio Líquido	868.355	(92.858)	775.497

A Companhia avaliou sua carteira de comercialização de energia e concluiu que a diferença entre o registro atualmente efetuado pelo custo contratual e o valor justo das operações não é relevante para esta divulgação.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros ao VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros, são reconhecidos no resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Valor justo dos instrumentos financeiros

O conceito do "valor justo" prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em modelos matemáticos de precificação. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. Uma parte das contas da empresa tem seu valor justo igual ao valor contábil; são contas do tipo equivalentes de caixa, a pagar e a receber, dívidas *bullet* e de curto prazo. Aplicações financeiras estão sendo apresentadas pelo valor justo, devido à sua classificação na categoria de valor justo através do resultado.

Derivativos, hedge e gerenciamento de risco

Entre dezembro de 2017 e janeiro de 2018, a Companhia contratou instrumentos derivativos, denominados Non Deliverable Forwards ("NDFs"), com a finalidade de mitigar a exposição cambial decorrente das seguintes transações (i) aquisição pela Parnaíba Gás Natural, posteriormente incorporada a Eneva S.A., junto a Petrobras de 100% dos direitos e obrigações para exploração e produção de hidrocarboneto da concessão do Campo de Azulão, conforme detalhado na nota explicativa nº "14 – Intangível" e (ii) compra de equipamentos a serem utilizados no ciclo operacional de manutenção da usina pela Parnaíba I Geração de Energia S.A..

Em abril de 2018, com a conclusão do processo de aquisição do campo terrestre de Azulão, a Companhia apurou um resultado positivo na operação de Hedge no montante de R\$ 5.140, alocado no custo do ativo.

Em 31 de dezembro de 2018 os montantes líquidos apurados de Market to Market (MtM) foram de ganhos de R\$ 725 para operação em aberto da Parnaíba I Geração de Energia acima mencionada.

Risco de mercado

Risco de variação nos preços de mercadorias (commodities), taxas de câmbio e de juros.

20.1.1 Risco de variação de preço (commodities)

No caso da Companhia, esse risco está associado exclusivamente ao preço do carvão, que forma os estoques necessários para geração de energia nas termelétricas.

O período entre a compra da carga e sua utilização para geração de energia se configura como o risco de variação de preço carregado pela termelétrica. Temos abaixo uma projeção de risco e sensibilidade dos montantes médios dos exercícios de 2018 e 2017:

	Valor de Mercado	API2 / CIF ARA (alta 25%)	API2 / CIF ARA (alta 50%)
2017 (R\$)			
Receita Variável (Ccomb)	206.762.377	258.452.971	310.143.565
Custo Variável (Carvão)	(188.059.712)	(231.257.898)	(274.456.083)
Resultado Variável	18.702.665	27.195.073	35.687.482
2018 (R\$)			
Receita Variável (Ccomb)	199.487.437	249.359.296	299.231.156
Custo Variável (Carvão)	(199.910.014)	(247.317.797)	(294.725.580)
Resultado Variável	(422.577)	2.041.499	4.505.576

A variação apresentada acima se refere unicamente ao nível de compras realizadas no exercício para atendimento as demandas das Usinas de Itaquí e Pecém II. Aliados a volatilidade da moeda estrangeira (Dólar). Cabe destacar que a consolidação de Pecém II ocorreu a partir de abril de 2018.

20.1.2 Risco cambial

a) Estoque de carvão

Na formação do estoque de carvão para suas termelétricas, a Companhia adquire a commodity referenciada aos preços de negociação internacional do carvão mineral importado, cotados em dólares norte-americanos. Nesse sentido, a Companhia avalia a necessidade de contratação de mecanismos de proteção contra os riscos de mercado associados à compra do carvão que preservem a proteção de seu fluxo de caixa. Em razão desta avaliação, em maio de 2018, a companhia contratou mecanismo de proteção para o estoque existente em sua subsidiária Itaquí a fim de neutralizar as variações do preço da commodity e do dólar norte-americano até o momento de sua monetização. A Companhia auferiu resultado negativo na operação no montante de R\$ 1.502, que foi finalizado em 01 de julho de 2018.

b) Empréstimos e Financiamentos

A Companhia não possui exposição cambial relevante relacionada ao seu passivo financeiro oriundo de operações em moeda estrangeira. Temos abaixo uma projeção de risco e sensibilidade dos montantes atuais em aberto:

Risco	Valor Futuro Mercado	Valor Futuro (alta 25%)	Valor Futuro (alta 50%)
Valorização do dólar			
Risco de Cash Flow:			
Passivo indexado ao Dólar Libor USD	154.854	193.568	232.281
Outstanding (Principal + Juros)	154.854	193.568	232.281
Aumento da despesa financeira		38.714	77.427

20.1.3 Risco de taxa de juros

a) Risco relacionado aos juros flutuantes

A Companhia e suas controladas têm 90% de seu passivo indexado ao mercado flutuante de juros no segmento dos depósitos interbancários (DI), no mercado inflacionário com a correção dada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e pelo indexador econômico TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo).

As linhas com o BNDES corrigidas pelos indexadores IPCA e TJLP, que também contêm um forte componente inflacionário, são parte de um segmento diferenciado de crédito com baixa volatilidade associada e, portanto, baixa probabilidade de deslocamentos abruptos nas taxas. O ativo da Companhia e suas controladas, representado por suas receitas, também será corrigido pelas mesmas taxas, fato que reduz substancialmente o descasamento entre as taxas de ativos e passivos.

A dívida atual tem principal de R\$ 4.687.684 e saldo total de R\$ 5.163.744 em 31 de dezembro de 2018. Desse total, aproximadamente 6% têm vencimento no curto prazo. Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores das dívidas aos quais a Companhia estava exposta, foram definidos 3 diferentes cenários. Como cenário provável, a Companhia utilizou projeções de mercado para estimar o que seriam as despesas financeiras brutas para os próximos 12 meses. Como cenários alternativos, a Companhia calculou o que seria a perda financeira para os próximos 12 meses caso as curvas de TJLP, CDI e IPCA fossem deslocadas em 25% e 50% respeitando os prazos de pagamento de cada linha.

	Cenário Provável	Cenário I (alta 25%)	Cenário II (alta 50%)
Risco de Cash Flow:			
Passivo indexado a TJLP	136.316	158.466	180.301
Passivo indexado ao CDI	263.447	308.358	352.992
Passivo indexado ao IPCA	54.262	58.685	63.105
Despesa Financeira Esperada	454.025	525.509	596.398
Aumento da despesa financeira	-	71.484	142.373

Metodologia: deslocamento paralelo para cima das curvas de juros em 25% e 50%.

IPCA 12M: 4,01% (Fonte: Boletim Focus)

TJLP 12M: 7,03% (Fonte: Conselho Monetário Nacional)

CDI Médio 12M: 6,55% (Fonte: Projeção de Mercado)

20.1.4 Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2018 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros.

Consolidado 2018						
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos						
Fornecedores	-	348.849	5.167	-	-	354.016
Contas a pagar	-	-	26.768	-	-	26.768
Empréstimos e financiamentos	174.201	266.445	528.335	1.805.046	2.880.658	5.654.685
Debêntures	84.336	178.723	372.508	1.245.411	826.814	2.707.792
Retenção contratual	-	-	4.330	-	-	4.330
	258.537	794.017	937.108	3.050.457	3.707.472	8.747.591
Consolidado 2017						
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos						
Fornecedores	-	293.198	881	-	-	294.079
Contas a pagar	-	18.867	94.261	-	-	113.128
Empréstimos e financiamentos	183.264	213.883	853.427	1.771.252	3.576.762	6.598.588
Debêntures	242.931	18.327	217.549	251.864	39.264	769.935
Retenção contratual	-	4.330	-	-	-	4.330
	426.195	548.605	1.166.118	2.023.116	3.616.026	7.780.060

20.1.5 Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e de suas controladas sofrerem perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa.

Para mitigar os riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto.

A Companhia possui uma política de aplicações financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de rating como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfólio.

Consolidado		
	2018	2017
Posições do risco de crédito		
Caixa e equivalente de caixa	1.152.266	766.884
Títulos e valores mobiliários	207.017	217.146
Contas a receber de clientes	357.883	524.886
Derivativos	725	106
Depósito vinculado	31.617	91.904
	1.749.508	1.600.926

Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das empresas para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia a possível redução do valor recuperável dos ativos financeiros conforme descrito na nota explicativa nº 3 - Apresentação das demonstrações financeiros”, item c.

21. Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais cíveis (indenizatórias), tributárias, ambientais e trabalhistas, assim como processos administrativos regulatórios avaliadas pelos assessores jurídicos.

A Companhia constitui uma provisão quando há obrigação presente, originada de eventos passados e que haverá provável desembolso de caixa para seu encerramento. O saldo consolidado da provisão para contingências no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é apresentado abaixo:

	31/12/2017					Consolidado 31/12/2018
	Saldo acumulado	Adições	Reversão	Baixa	Atualização	Saldo acumulado
Cíveis (a)	1.300	-	(14)	-	3.000	4.286
Trabalhista (b)	9.479	3.210	(2.599)	(480)	4.741	14.351
Tributário (c)	-	40	-	-	-	40
Ambiental	-	149	-	-	6	155
Total das Provisões	10.779	3.399	(2.613)	(480)	7.747	18.832

a) Riscos Cíveis

Ação ordinária, ajuizada pela RIP Serviços e Industriais S.A. em face da Controlada Itaqui, requerendo o pagamento de notas fiscais no valor total de R\$ 4.959, dos quais R\$ 1.000 é provável.

b) Riscos trabalhistas

Englobam reclamações de ex-funcionários próprios e empregados de empresas terceirizadas que pleiteiam verbas rescisórias, reconhecimento de vínculo empregatício, adicional de transferência, dentre outros motivos vínculo empregatício com a Companhia e posterior equiparação em direitos aos empregados desta ou eventuais verbas inadimplidas por suas empresas. As causas trabalhistas são pulverizadas, não havendo nenhuma causa individual relevante.

c) Riscos Tributários

Auto de Infração lavrado pela Prefeitura de Santo Antônio dos Lopes em face da Controlada Parnaíba I, em razão de suposto não recolhimento de ISS referente a serviços tomados de fornecedor, no valor de R\$ 40.

Contingências com risco possível (não provisionado)

O Grupo Eneva possui ações de natureza tributária, cível, trabalhista e ambientais, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e assessores jurídicos como possível, as quais totalizam aproximadamente R\$ 330.195 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 325.335 em 31 de dezembro de 2017). As contingências passivas estão assim representadas:

	Consolidado	
	2018	2017
Ambiental	22.519	21.762
Cível	201.545	234.568
Eleitoral	-	1.539
Regulatório	12.869	161
Trabalhista	46.191	37.876
Tributário	45.533	29.429
	328.657	325.335

Apresentamos, os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que por isso não requerem constituição de provisão.

a) Cíveis

Controlada Mabe Construção e Administração De Projetos LTDA

A controlada possui demandas de natureza cível em que figura como Ré, sendo uma demanda ajuizada por Montcalm S.A Montagens Industriais requerendo o pagamento de R\$ 19.212 em razão dos serviços de montagem industrial, bem como devolução dos valores retidos e indenização pelos danos a ela causados. O montante envolvido em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 96.393 (R\$ 124.585 em 31 de dezembro de 2017).

Outras controladas

Os demais valores subdividem-se em ações judiciais envolvendo pleitos de natureza cível que individualmente não possuem risco financeiro relevante, e que estão descritos no relatório com prognóstico de perda possível.

b) Tributárias, Ambientais, Trabalhistas e Regulatório Administrativo

As causas relativas a essas matérias são pulverizadas, não havendo nenhuma causa individual de valor relevante.

Recurso Especial - Aneel

Controlada Pecém II Geração de Energia S.A.

A subsidiária Pecém II Geração ajuizou ação, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, pleiteando o direito de receber as receitas fixas previstas nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), firmados em leilão de energia nova, a partir de Julho de 2013, período no qual a Companhia já se encontrava devidamente comissionada e apta para a geração de energia, e consequentemente, cumprir os compromissos firmados. A ANEEL justificou que o atraso nas obras de implantação da subestação da Transmissora Delmiro Gouveia S.A (TDG), necessária para o escoamento da energia gerada, constituiria caso fortuito ou de força maior, e não efetuou o pagamento das receitas fixas, apenas excluindo a Companhia das penalidades previstas pelo não fornecimento de energia.

Em Novembro de 2014, a Companhia obteve sentença favorável na Justiça Federal do Distrito Federal, que confirmou antecipação dos efeitos da tutela, tendo a sentença sido confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região ("TRF da 1ª Região"). Nesse sentido, com o julgamento em segunda instância, foi reconhecido o direito de Pecém II de receber o pagamento das Receitas Fixas provenientes dos CCEARs, e determinado o cumprimento imediato da decisão. A ANEEL opôs embargos de declaração no TRF da 1ª Região, os quais foram rejeitados em 11 de Maio de 2018. Assim, em 30 de Maio de 2018, esgotada a discussão no TRF da 1ª Região, e existindo ordem judicial para cumprimento imediata decisão, a CCEE efetuou em favor de Pecém II o pagamento no montante de R\$ 59.326, correspondente as receitas fixas devidas. A Companhia tomou conhecimento de que a ANEEL interpôs recurso especial, e, após intimação, Pecém II apresentou suas justificativas em 30 de agosto de 2018, mas ainda não foi intimada para apresentar contrarrazões. Tal recurso ainda será apreciado pelo Superior Tribunal de Justiça, se admitido pelo TRF da 1ª Região, razão pela qual ainda não ocorreu o trânsito em julgado da ação.

22. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social da Companhia era de R\$ 8.822.057 e R\$ 8.822.219 respectivamente. A seguir a distribuição das ações da Companhia:

	2018		Controladora	
	Ações ordinárias		2017	
	Quantidade	%	Quantidade	Total
Acionista				
Banco BTG Pactual	84.370.481	26,79%	84.370.481	26,79%
Cambuhy	72.410.101	22,99%	72.410.101	22,99%
Uniper Holding	19.217.333	6,10%	19.217.333	6,10%
Itaú Unibanco	18.530.085	5,88%	18.530.085	5,88%
Outros	120.462.499	38,24%	120.462.499	38,24%
Total	314.990.499	100%	314.990.499	100%

Capital social

A Companhia possui apenas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal. O capital autorizado em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, é composto por 399.128.430 ações autorizadas, das quais 314.990.499 foram emitidas.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado.

Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral ou Extraordinária.

Os benefícios fiscais dos juros sobre capital próprio são reconhecidos na demonstração de resultado.

23. Resultado por ação

O resultado por ação, básico e diluído, foi calculado pela divisão do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e a respectiva quantidade média ponderada de ações em circulação durante o mesmo período, conforme o quadro abaixo:

	2018	2017
Resultado do exercício		
Numerador		
Lucro (Prejuízo) líquido atribuível aos acionistas	887.873	95.498
Denominador		
Média ponderada de ações	314.990.499	257.418.463
Lucro por ação (R\$) - básico	2,81873	0,37098
	2018	2017
Resultado do exercício		
Numerador		
Lucro (Prejuízo) líquido atribuível aos acionistas	887.873	95.498
Denominador		
Média ponderada de ações	314.990.499	257.418.463
Lucro por ação (R\$) - diluído (*)	2,81873	0,37098

(*) O fator de diluição representado pelos programas de remuneração baseados em ações da Companhia não representou mudanças significativas no cálculo do lucro diluído.

O Capital autorizado da Companhia está apresentado na nota explicativa nº “22. Patrimônio Líquido”.

24. Plano de pagamento baseado em ações

a) Opção de ações outorgadas pela Companhia

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de agosto de 2016, foi aprovado o Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações.

Novas opções de compra de ações foram outorgadas a colaboradores e membros da Diretoria da Companhia no âmbito deste Programa de opções. A aquisição do direito depende da permanência do beneficiário na Companhia e do pagamento do preço de exercício estabelecido no Programa.

As opções representarão o máximo de 4% (quatro por cento) do total de ações do capital social da Companhia existentes na data de emissão das opções. Para efeitos desse limite, será considerado o somatório de todas as ações de emissão da Companhia, incluídas as ações que vierem a ser emitidas pela Companhia em razão de opções outorgadas no âmbito do Plano de opções.

A tabela seguinte apresenta o movimento ocorrido no plano de opções no exercício:

Plano	Data de Outorga	Prazo da outorga (anos)	Primeira data de maturação	Data de máxima de vencimento dos direitos	Quantidade Original Outorgada	Quantidade Remanescente	Preço de Exercício Original	Preço de Exercício Corrigido por IPCA + 3%a.a.
2016	03/04/2017	5	03/04/2018	01/08/2022	621.094	621.094	15,00	16,74
2016	03/04/2017	3	03/04/2018	30/01/2021	2.667.000	1.333.500	15,00	16,74
2016	10/05/2017	5	10/05/2018	07/09/2022	1.333.333	1.333.333	15,00	16,61
2016	03/08/2017	5	03/08/2018	01/12/2022	710.301	500.000	15,00	16,45

A tabela seguinte apresenta o movimento ocorrido no plano de opções no exercício de 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Plano outorgado pela Companhia - quantidade de opções de ações	Quantidade de opções	Preço médio ponderado de exercício das opções
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.331.728	15,61
Exercidas	-	-
Canceladas	210.301	16,48
Outorgadas	-	-
Expiradas	1.333.500	16,48
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.787.927	16,65

A Companhia não consegue mensurar o valor justo dos serviços recebidos pelos participantes, portanto, decidiu mensurar os seus respectivos valores justos, utilizando como base o valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados. Segundo o regulamento do Programa, a Companhia liquidará esta obrigação com a emissão de novas ações ou pela utilização (quando constituída) da conta "Ações em tesouraria". O efeito no resultado do exercício de 2018 foi de R\$ 2.217.

b) Unidades de Performance Restritas - Units - concedidas pela Companhia

Em Assembléia realizada em 27 de março de 2018 foi aprovado o Plano de Incentivo de Remuneração de Longo Prazo Baseado em Ações, que concede unidades de performance restritas - units - a seus beneficiários, cuja aquisição do direito depende da permanência do beneficiário na Companhia e em indicadores de performance para os acionistas.

A tabela abaixo apresenta as características gerais das units concedidas pela Companhia.

Plano	Data de Concessão	Prazo (anos)	Finalidade	Data de aquisição do direito	Quantidade Original Concedida
2018	01/04/2018	3	retenção	02/04/2021	217.181
2018	01/04/2018	3	performance	02/04/2021	217.181

A tabela seguinte apresenta o movimento ocorrido no plano de units no exercício de 31 de dezembro de 2018, a primeira concessão ocorreu durante este período:

Plano de Units concedido pela Companhia - quantidade de units	Quantidade de units	Preço médio ponderado das ações
Saldo em 30 de setembro de 2018	-	-
Exercidas	-	-
Canceladas	-	-
Concedidas	434.362	12,00
Expiradas	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	434.362	16,09

A Companhia decidiu mensurar o valor justo dos serviços recebidos pelos participantes tomando como base o valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos. Segundo o regulamento do Plano, a Companhia liquidará essa obrigação com a utilização (quando constituída) da conta "Ações em tesouraria". O efeito no resultado do exercício de 2018 foi de R\$ 726.

25. Receita de venda de bens e/ou serviços

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do exercício assim se apresenta:

	2018	Consolidado 2017
Receita bruta	3.488.089	2.966.822
Impostos sobre vendas	(309.415)	(245.049)
	3.178.674	2.721.773
Penalidades por indisponibilidade (ADOMP)	(49.567)	-
Total da receita líquida	3.129.107	2.721.773

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos tributos sobre vendas, devoluções, abatimentos e descontos. Nas demonstrações financeiras consolidadas, são eliminadas as vendas dentro do grupo. Para ambas as atividades de geração de energia e gás natural, a receita é medida pelo preço da transação dos principais insumos fornecidos e é reconhecida quando a obrigação de desempenho é alcançada, ou seja, quando o controle sobre o produto for transferido para o cliente.

Dentro das operações de vendas, a Companhia tem o direito de reconhecer as seguintes receitas como receitas operacionais, em conformidade com o IFRS 15, conforme segue:

Receita de comercialização de Energia no Ambiente Regulado

As receitas decorrem de contratos de fornecimento de energia elétrica, sendo parcela mensal fixada em contrato e variável, cujo valor é definido mensalmente no momento do reconhecimento, de acordo com a demanda requerida pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. A receita pela venda de energia elétrica é reconhecida por medição equivalente ao volume de energia transferido para o cliente e através de estimativas para mensurar a energia entregue, mas ainda não considerada pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

Receita Energia Elétrica no Ambiente de Comercialização Livre

Na operação de contratação em ambiente livre, a Companhia tem o direito de reconhecer a receita de venda de energia pelo valor do MWh. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica tanto no mercado regulado como também no mercado livre.

As informações do resultado estão apresentadas por segmento na nota explicativa nº "29 - informações por segmento".

26. Custos e despesas por natureza

		Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Aquis.controlada – ganho na compra vantajosa	(a)	135.573	-	135.573	-
Serviços Compartilhados - Cost sharing	(b)	45.336	51.780	-	-
Custo por indisponibilidade		-	-	-	(49.790)
Custos regulatórios		-	(23)	(124.257)	(89.586)
Depreciação e amortização		(3.038)	(2.095)	(444.879)	(418.755)
Despesas ambientais		(527)	(241)	(6.008)	(5.819)
Despesas com aluguéis		(3.271)	(3.342)	(7.912)	(156.393)
Despesas com exploração e poço seco	(c)	-	-	(105.023)	(99.543)
Despesas com pessoal		(92.674)	(57.117)	(297.916)	(198.901)
Energia elétrica para revenda	(d)	-	-	(386.729)	(338.556)
Avaliação de Investimento - Pecém II	(a)	56.809	-	56.809	-
Impostos e contribuições		(946)	(428)	(3.020)	(2.312)
Insumos de geração	(e)	-	-	(581.363)	(272.004)
Material de consumo		(1.210)	(271)	(35.156)	(26.049)
Outras receitas (despesas)		(6.619)	(13.897)	(7.461)	(129.714)
Participações governamentais		-	-	(75.854)	(59.918)
Perdas na alienação de bens		-	-	(113)	(3.962)
Provisão perdas de investimento		(434)	-	(793)	(3.487)
Seguros operacionais e administrativos		(648)	(530)	(25.850)	(20.136)
Serviços de terceiros	(b)	(31.825)	(80.246)	(92.184)	(114.621)
		96.526	(106.410)	(2.002.136)	(1.989.546)
Classificados como:					
Custo		-	-	(1.875.092)	(1.611.638)
Despesas administrativas e gerais		(94.917)	(97.415)	(330.092)	(353.002)
Outras receitas		196.382	11	203.061	2.525
Outras despesas		(4.939)	(9.006)	(13)	(27.431)

- (a) Saldo gerado na operação de aquisição de controle de Pecém II, descrita na nota explicativa nº "16 - Combinação de negócios".
- (b) A variação explica-se pela otimização dos gastos administrativos rateados pela Eneva S.A. para as suas subsidiárias.
- (c) A variação refere-se à despesas com aquisição de dados geofísicos e gastos com pesquisa em novos campos de E&P.
- (d) A variação refere-se ao aumento das atividades de *trading*, bem como o atendimento a estratégia de proteção da Companhia, operacionalizado pela subsidiária Comercializadora de Energia.
- (e) A variação deve-se ao aumento nas compras de carvão para atendimento a demanda. Também foi fortemente impactado pela volatilidade da moeda estrangeira (dólar), tendo em vista a importação do carvão. Adicionalmente, cabe destacar que Pecém II teve seu saldo consolidado a partir de março de 2018, conforme nota explicativa nº "16 - Combinação de negócios";

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia reclassificou algumas rubricas para melhor apresentação dos saldos de custo e despesas por natureza. Não houve alteração nos totais dos grupos de contas. O mesmo procedimento foi realizado de forma consistente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

27. Resultado financeiro

		Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Despesas financeiras					
Encargos da dívida		(119.070)	(145.513)	(403.519)	(467.022)
Variação cambial e monetária		(39.700)	(1.821)	(86.145)	(32.065)
Juros/custo de debêntures	(a)	-	-	(72.080)	(83.372)
Juros entre parte relacionada		-	(3.929)	(608)	265
Juros sob provisão de abandono		-	-	(5.846)	(4.439)
Comissão sobre fianças bancárias		(84)	(22)	(22.185)	(37.070)
Amortização Custo de Transação Empréstimos	(b)	-	-	(49.885)	(6.850)
Outros	(c)	(8.822)	(7.885)	(50.776)	(4.548)
		(167.676)	(159.170)	(691.044)	(635.101)
		Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras					
Aplicação financeira		13.082	17.936	65.197	69.862
Rendimentos de mútuos		36.807	58.244	5.892	26.209
Variação cambial e monetária		17.125	(206)	68.834	12.207
Juros sobre debêntures		61.326	59.670	11.554	-
Outros		753	1.516	35.235	6.020
		129.093	137.160	186.712	114.298
Resultado Financeiro		(38.583)	(22.010)	(504.332)	(520.803)

Os montantes descritos nas rubricas de receitas e despesas financeiras foram impactados pela consolidação de Pecém II Participações, conforme descrito na nota explicativa nº "16 - Combinação de negócios".

- (a) Refere-se ao reconhecimento dos juros de debêntures da subsidiária PGN, incorporada pela Eneva S.A. em dezembro de 2018;
 (b) O saldo de 31 de dezembro de 2018, está composto basicamente pelas amortizações dos custos de captação dos empréstimos e debêntures liquidados e antecipados no exercício, conforme descrito nas notas explicativas 17 e 18;
 (c) A variação ocorreu devido aos custos e comissões para liquidação dos empréstimos e debêntures, bem como atualizações do contencioso.

28. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, as coberturas de seguros eram:

	Consolidado	
	2018	2017
Danos materiais	13.915.518	12.734.606
Responsabilidade civil	410.000	510.000
	14.325.518	13.244.606

Abaixo as principais apólices em vigor:

Seguradora	Modalidade	Valor em Risco	Limite Máximo Indenizável	Consolidado	
				Vigência	Prêmio
	Valores expressos em Reais mil e Dólares mil				
Sompo/Chubb/AXA	Riscos Operacionais	USD 3.591.287	USD 500.000	01/08/2018 a 01/02/2020	USD 10,412
Sompo	Responsabilidade Civil Geral		BRL 135.000	01/08/2018 a 01/08/2019	BRL 215
Tokio Marine / Swiss	Responsabilidade Civil Geral		BRL 50.000	01/07/2018 a 01/07/2019	BRL 257
AIG	Responsabilidade Civil dos Administradores		BRL 200.000	30/08/2018 a 28/02/2020	BRL 773
Tokio Marine	Responsabilidade Civil de Operador Portuário		BRL 25.000	23/08/2018 a 23/08/2019	BRL 28
Tokio Marine	Risco de Petróleo	USD 89.024	USD 89.024	01/03/2018 a 01/09/2020	BRL 116
Tokio Marine / AXA / Fairfax	Seguro Garantia		BRL 108.482	22/12/2015 a 20/06/2020	BRL 2.991
Pottencial	Seguro Garantia		BRL 55.350	31/01/2018 a 31/07/2024	BRL 2.340
Fairfax	Seguro Garantia		BRL 200	28/03/2018 a 30/01/2019	BRL 3

29. Informações por segmento

A Administração da Companhia gerencia seus empreendimentos com base em cinco segmentos de negócios principais, pois exigem diferentes formas de entregas e geração de energia, quais sejam: (i)térmicas a gás, (ii)*upstream*, (iii)térmicas a carvão, (iv)comercialização de energia e (v)*holding* e outros.

As atividades de cada segmento têm seu desempenho avaliado pela Diretoria Executiva da Companhia e refletem a estrutura do modelo de negócio adotado. Abaixo descrição dos segmentos:

1) Complexo Parnaíba

O Complexo Parnaíba possui capacidade total instalada de 1,4 GW, onde quatro usinas térmicas geram energia a partir do gás produzido nos campos em que possui concessão na Bacia do Parnaíba, no Maranhão. O Complexo está interligado ao Subsistema Norte de produção e transmissão de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN).

1.1) *Térmicas a gás*

Neste segmento, a Companhia atua na geração de energia elétrica à gás natural com contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Mercado Regulado - CCEAR e um contrato de comercialização de Energia no Ambiente de Contratação Livre - ACL. Este segmento é composto pelas controladas (i)Parnaíba I Geração de Energia S.A., (ii)Parnaíba II Geração de Energia S.A. e (iii)Parnaíba Geração e Comercialização S.A.

1.2) *Upstream*

Neste segmento, a Companhia atua na exploração e produção (E&P) de hidrocarbonetos em uma área sob concessão de aproximadamente 27 mil km² na Bacia do Parnaíba, Estado do Maranhão. Atualmente a Companhia possui capacidade de produção de 8,4 milhões de m³ por dia, que é totalmente destinada para abastecimento do complexo termoeletrico também de propriedade da ENEVA. Este segmento é composto pelas empresas (i)Eneva S.A. e (ii)Parnaíba B.V..

2) Térmicas a carvão

Neste segmento, a Companhia atua na geração de energia elétrica à carvão mineral importado com contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Mercado Regulado - CCEAR. Este segmento é composto pela controladas Itaquí Geração de Energia S.A e Pecém II Geração de Energia S.A., ambas com capacidade instalada de 360 MW e localizadas nos estados do Maranhão e Ceará, respectivamente, interligadas ao Subsistema Norte de produção e transmissão de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN).

3) Comercialização de Energia

Neste segmento, a Companhia atua na comercialização de contratos de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e no Ambiente de Contratação Livre (ACL) registrado na CCEE. Este segmento é composto pela controlada indireta Eneva Comercializadora de Energia Ltda..

4) *Holdings e outros*

Este segmento é composto pela holding intermediária Eneva Participações S.A., além das empresas mantidas para o desenvolvimento de projetos, conforme demonstrado no organograma da Companhia na Nota Explicativa nº "1. Contexto operacional".

Contas patrimoniais:

	Complexo Parnaíba										2018
	Térmicas à Gás	Upstream	Eliminações	Subtotal Consolidado	Térmicas à Carvão	Eliminações	Subtotal Consolidado	Comercialização de Energia	Holding e outros	Eliminações	Total do Consolidado
Total do ativo	3.758.190	3.305.836	(394.521)	6.669.505	4.573.221	(2.608)	4.570.613	103.818	2.112.988	(1.157.242)	12.299.682
Circulante	886.637	613.322	(92.408)	1.407.551	562.637	-	562.637	62.732	185.740	(72.032)	2.146.628
Não circulante	2.871.553	2.692.514	(302.113)	5.261.954	4.010.584	(2.608)	4.007.976	41.086	1.927.248	(1.085.210)	10.153.054
Total do passivo	3.758.190	3.305.836	(394.521)	6.669.505	4.573.221	(2.608)	4.570.613	103.818	2.112.988	(1.157.242)	12.299.682
Circulante	311.406	241.508	(89.329)	463.585	413.500	(153)	413.347	41.864	123.872	(63.904)	978.764
Não circulante	2.433.310	503.665	(305.192)	2.631.783	1.857.632	(2.455)	1.855.177	8.200	1.453.562	(911.684)	5.037.038
Acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(14.158)	(14.158)
Patrimônio Líquido	1.013.474	2.560.663	-	3.574.137	2.302.089	-	2.302.089	53.754	535.554	(167.496)	6.298.038

2017									
Complexo Parnaíba									
	Térmicas à Gás	Upstream	Eliminações	Subtotal Consolidado	Térmicas à Carvão	Comercialização de Energia	Holding e outros	Eliminações	Total do Consolidado
Total do ativo	3.721.867	2.922.556	(497.285)	6.147.138	2.904.140	124.229	2.507.901	(776.027)	10.907.381
Circulante	728.310	345.029	(102.058)	971.281	291.245	23.561	666.955	(75.786)	1.877.256
Não circulante	2.993.557	2.577.527	(395.227)	5.175.857	2.612.895	100.668	1.840.946	(700.241)	9.030.125
Total do passivo	3.721.867	2.922.556	(497.285)	6.147.138	2.904.140	124.229	2.507.901	(776.027)	10.907.381
Circulante	492.035	516.066	(201.560)	806.541	330.202	51.635	90.184	(126.555)	1.152.007
Não circulante	1.594.949	694.242	(295.725)	1.993.466	1.313.043	7.597	1.624.561	(559.228)	4.379.439
Acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	(14.508)	(14.508)
Patrimônio Líquido	1.634.883	1.712.248	-	3.347.131	1.260.895	64.997	793.156	(75.736)	5.390.443

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018 – ENEVA S.A.

Resultado:

	2018										
	Complexo Parnaíba										
	Térmicas à Gás	Upstream	Eliminações	Subtotal Consolidado	Térmicas à Carvão	Eliminações	Subtotal Consolidado	Comercialização de Energia	Holding e outros	Eliminações	Total do Consolidado
Demonstração do resultado											
Receita operacional líquida	2.276.947	232.332	(716.379)	1.792.900	1.226.519	-	1.226.519	495.441	356	(386.109)	3.129.107
Custo de Bens e/ou Serviços vendidos	(1.419.643)	(173.652)	716.379	(876.916)	(898.116)	-	(898.116)	(486.059)	(110)	386.109	(1.875.092)
Despesas operacionais	(65.860)	(6.832)	-	(72.692)	(22.318)	-	(22.318)	(3.977)	(90.562)	(28.139)	(217.688)
Outros resultados operacionais	2.206	2.173	-	4.379	(1.113)	-	(1.113)	-	199.782	-	203.048
Despesas com exploração e poço seco	(112.404)	-	-	(112.404)	-	-	-	-	-	-	(112.404)
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.881)	-	(8.881)
Receita financeira	55.620	26.577	-	82.197	60.975	-	60.975	3.094	131.464	-	277.730
Despesa financeira	(340.181)	(33.099)	-	(373.280)	(212.335)	-	(212.335)	(19.736)	(176.711)	-	(782.062)
Provisão dos tributos correntes e diferidos	(83.194)	(9.891)	-	(93.085)	28.056	-	28.056	(8)	339.502	-	274.465
Lucro (Prejuízo) do exercício	313.491	37.608	-	351.099	181.668	-	181.668	(11.245)	394.840	(28.139)	888.223
Atribuído a sócios da empresa controladora	313.491	37.608	-	351.099	181.668	-	181.668	(11.245)	394.840	(28.489)	887.873
Atribuído a sócios não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(350)	(350)
	2017										
	Complexo Parnaíba										
	Térmicas à Gás	Upstream	Eliminações	Subtotal Consolidado	Térmicas à Carvão	Comercialização de Energia	Holding e outros	Eliminações	Total do Consolidado		
Demonstração do resultado											
Receita operacional líquida	1.907.627	737.777	(670.728)	1.974.676	701.901	431.517	541	(386.862)	2.721.773		
Custo de Bens e/ou Serviços vendidos	(1.340.860)	(296.550)	670.728	(966.682)	(606.911)	(424.640)	(266)	386.861	(1.611.638)		
Despesas operacionais	(33.484)	(46.656)	-	(80.140)	(16.693)	(15.202)	(107.779)	(33.646)	(253.460)		
Outros resultados operacionais	9.418	(7.866)	-	1.552	(2.905)	(443)	(23.110)	-	(24.906)		
Despesas com exploração e poço seco	-	(99.542)	-	(99.542)	-	-	-	-	(99.542)		
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	(18.822)	-	(7.548)	-	(26.370)		
Receita financeira	55.921	14.560	-	70.481	13.193	1.360	140.925	-	225.959		
Despesa financeira	(272.541)	(153.435)	-	(425.976)	(159.021)	(152)	(161.613)	-	(746.762)		
Provisão dos tributos correntes e diferidos	(48.801)	(42.108)	-	(90.909)	64	(718)	369	-	(91.194)		
Lucro (prejuízo) do exercício	277.280	106.180	-	383.460	(89.194)	(8.278)	(158.481)	(33.647)	93.860		
Atribuído a sócios da empresa controladora	277.280	106.180	-	383.460	(89.194)	(8.278)	(158.481)	(32.009)	95.498		
Atribuído a sócios não controladores	-	-	-	-	-	-	-	1.638	1.638		

A Companhia apresenta os saldos de cada segmento, uma vez que é uma informação significativa para o Conselho de Administração. Assim, apresenta uma coluna contendo as eliminações referentes às transações com partes relacionadas para cada tipo de negócio. Os montantes eliminados acima estão substancialmente relacionados com:

- (i) Complexo Parnaíba - Locação da Unidade de Tratamento de Gás ("UTG"), Venda dos principais insumos para a geração de Energia - Gás (Fornecido pela Eneva, exploradora de gás para as Parnaíbas I, II e Parnaíba Geração e Comercialização);
- (ii) Usinas termoeletricas a carvão - Venda de sucata e cinza entre as usinas de geração de energia a carvão;
- (iii) Holding e outros - Refere-se à comercialização de energia realizada pela Eneva Comercializadora de Energia, uma vez que compra e vende energia para abastecer as usinas Parnaíbas I e II, Itaquí e Pecém II).

Políticas Contábeis

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

30. Compromissos assumidos

Programa Exploratório Mínimo ("PEM")

No dia 07 de outubro de 2015, a Parnaíba Gás Natural S.A. arrematou 06 blocos na 13ª Rodada de Licitações realizada pela ANP.

O valor total do bônus de assinatura dos seis blocos foi de R\$ 10.020. Além do bônus de assinatura, foram considerados como critérios de julgamento do leilão, o Programa Exploratório Mínimo (PEM) a ser aplicado nos blocos, expresso em unidades de trabalho (UTs), e os percentuais de conteúdo local nas fases de exploração e desenvolvimento.

A operadora Parnaíba Gás Natural S.A. assumiu o compromisso de cumprir o PEM do primeiro período exploratório com uma campanha de aquisição sísmica 2D.

Em 12 de dezembro de 2016, por meio de procedimento de cessão de direitos e obrigações, a Parnaíba Gás Natural S.A. assumiu os 35% de participação da GDF Suez E&P Brasil Participações Ltda. nos blocos PN-T-101 e PN-T-103, passando a deter 100% de participação nos referidos blocos.

No dia 31 de julho de 2017, por meio de procedimento de cessão de direitos e obrigações, a Parnaíba Gás Natural S.A. passou a deter 70% de participação e a operação no bloco PN-T-84, também arrematado na 13ª Rodada de Licitações. A parcela era antes detida pela BPMB Parnaíba S.A. Na mesma data, a Parnaíba Gás Natural S.A. assumiu os 30% de participação da BPMB Parnaíba S.A. nos blocos PN-T-69 e PN-T-87, passando a deter 100% de participação nos referidos blocos.

No dia 27 de setembro de 2017, a Parnaíba Gás Natural S.A. arrematou 05 blocos na 14ª Rodada de Licitações realizada pela ANP.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de PEM referente a 13ª e 14ª Rodadas a ser cumprido perante a ANP está apresentado no quadro abaixo:

PEM com seguro garantia	UTs	Saldo em 2017	Adições	Baixas	Saldo em 2018
PN-T-69	3010	13.545	-	-	13.545
PN-T-87	3010	13.545	-	-	13.545
PN-T-84	2061	6.492	-	-	6.492
PN-T-101	7003	31.513	-	-	31.513
PN-T-103	7003	31.513	-	-	31.513
PN-T-146	1010	4.545	-	-	4.545
PN-T-163	1010	4.545	-	-	4.545
PN-T-117	400	-	8.200	-	8.200
PN-T-118	600	-	12.300	-	12.300
PN-T-119	600	-	12.300	-	12.300
PN-T-133	500	-	10.250	-	10.250
PN-T-134	600	-	12.300	-	12.300
Total		105.698	55.350	-	161.048

Com a incorporação da Parnaíba Gás Natural pela Eneva, todos os blocos foram transferidos e os valores indicados referem-se ao montante de garantia contratado.

Políticas Contábeis

A Companhia divulga os compromissos oriundos de operações de Ativo Imobilizado e Ativo Intangível.

31. Eventos Subsequentes

Exclusão de ICMS da base de Cálculo de PIS e COFINS

Em 23 de janeiro de 2019, transitou em julgado o processo nº 0155564-75.2015.4.02.5101, cuja decisão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região acatou o pedido da Parnaíba Gás Natural S.A. ("PGN"), para excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, reconhecendo o direito à compensação do montante indevidamente pago, nos últimos 5 anos.

Diante disso, a Eneva (sucessora por incorporação da PGN) iniciou o levantamento dos montantes de ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS, que será realizado de dezembro de 2013 até a data do trânsito em julgado. Portanto, a apuração dos créditos encontra-se em curso até a divulgação destas demonstrações financeiras e ainda não representa uma estimativa confiável para reporte.

Alienação de Participação em Seival Sul Mineração S.A.

Em 25 de fevereiro de 2019, a Eneva S.A. celebrou contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a Copelmi Participações Ltda., para:

- A alienação da totalidade da participação detida pela ENEVA, equivalente a 30% do total de ações, na Seival Sul Mineração S.A., sociedade detentora da titularidade dos direitos minerários pertinentes à mina de carvão mineral de Seival, localizada no município de Candiota, Estado do Rio Grande do Sul. Com esta operação, a Copelmi passa a ser a única acionista da Seival Sul Mineração; e
- A venda de imóvel de propriedade de coligada a da Companhia localizado no município de Candiota, Estado do Rio Grande do Sul;

O preço a ser pago pela Copelmi à ENEVA é de R\$ 18,0 milhões pela venda das Ações e de até R\$ 3,0 milhões pela venda do Imóvel. O custo do investimento em 31 de dezembro de 2018 dessa coligada é de R\$2.920.

Além disso, nos termos previstos no Contrato, caso a Seival Sul Mineração, suas afiliadas e/ou suas sucessoras eventualmente venham a celebrar, até 31 de dezembro de 2024, instrumentos de fornecimento de carvão proveniente da Mina de Seival para empreendimentos de geração de energia elétrica, serão devidas três parcelas de acréscimo eventual de preço pela Copelmi à ENEVA desde que tais empreendimentos atinjam, isoladamente ou em conjunto, as capacidades instaladas de 315 MW (R\$ 15,0 milhões), 630 MW (R\$ 7,5 milhões) e 945 MW (R\$ 7,5 milhões). O preço e cada parcela de acréscimo eventual de preço, se houver, serão corrigidos pelo IPCA desde a data de assinatura do Contrato até a data do efetivo pagamento.

A conclusão da operação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes previstas no Contrato, como a aprovação pelo Conselho Administração de Defesa Econômica - CADE, o assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional - CDN e as anuências prévias de financiadores no âmbito dos contratos de financiamento da Seival Sul Mineração.

Empreendimento em Construção

Em 18 de fevereiro de 2019, teve início a implantação da UTE Parnaíba V com capacidade instalada de 385 MW, a ser instalada no Complexo Termelétrico Parnaíba, estado do Maranhão. O prazo de construção previsto no contrato de empreitada global (EPC) é de 31 meses.

A UTE Parnaíba V sagrou-se vitoriosa no leilão ANEEL de energia nova A-6 de 2018, assegurando um Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), pelo prazo de 25 anos, a partir de janeiro de 2024.

Em 18 de março de 2019, foi publicado o Ato Declaratório Executivo nº 01 que autorizou a UTE Parnaíba V a se beneficiar do REIDI ("Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura")

que suspende as contribuições do PIS / COFINS sobre as compras de bens e serviços destinados ao ativo fixo.

ENEVA conclui estruturação do hedge cambial para Parnaíba V

Em 21 de janeiro de 2019, a Eneva concluiu a estruturação do hedge cambial para a parcela denominada em moeda estrangeira do investimento previsto para a construção da UTE Parnaíba V, equivalente a aproximadamente USD 120 milhões (com previsão de desembolso de cerca de 40% em 2019 e 60% em 2020).

A taxa de câmbio média obtida foi de 3,8523 BRL/USD (3,76 BRL/USD em 2019 e 3,91 BRL/USD em 2020). O impacto incremental do hedge cambial foi de R\$ 13 milhões, equivalente a 1% do investimento total estimado.

Conselho de Administração

Jerson Kelman
Presidente

José Aurélio Drummond Jr
Vice-Presidente

Conselheiros:

Edwyn Neves
Guilherme Bottura
Lavinia Hollanda
Marcelo Pereira Lopes de Medeiros
Renato Antônio Secondo Mazzola

Diretoria

Pedro Zinner
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Lino Lopes Cançado
Diretor

Marcelo Habibe
Diretor

Luis Vasconcelos
Diretor

Controller

Ana Paula Alves do Nascimento
CRC-RJ 086983/O-0

Contador

Bruno Campelo de Azevedo
CRC-RJ 106648/O-9